

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
DEPARTAMENTO DE DIREITO**

DANILO DOS SANTOS RABELO

**O DIREITO FUNDAMENTAL À NÃO-DISCRIMINAÇÃO: DISPUTAS EM TORNO DO
CONCEITO DE RACISMO E A SUA INFLUÊNCIA NA LEI CARLOS CAÓ (Nº7.716/89)**

**SÃO CRISTÓVÃO
2019**

DANILO DOS SANTOS RABELO

**O DIREITO FUNDAMENTAL À NÃO-DISCRIMINAÇÃO: DISPUTAS EM TORNO DO
CONCEITO DE RACISMO E A SUA INFLUÊNCIA NA LEI CARLOS CAÓ (Nº7.716/89)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Direito da Universidade Federal de Sergipe
como exigência parcial para a obtenção do título de
Bacharel em Direito

Orientadora: Professora Doutora Andréa Depieri de
Albuquerque Reginato

SÃO CRISTÓVÃO

2019

DANILO DOS SANTOS RABELO

**O DIREITO FUNDAMENTAL À NÃO-DISCRIMINAÇÃO: DISPUTAS EM TORNO DO
CONCEITO DE RACISMO E A SUA INFLUÊNCIA NA LEI CARLOS CAÓ (Nº7.716/89)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Direito da Universidade Federal de Sergipe
como exigência parcial para a obtenção do título de
Bacharel em Direito

São Cristóvão-SE, 23 de janeiro de 2020

BANCA EXAMINADORA

Professora Doutora Andréa Depieri de Albuquerque Reginato

Professor Doutor Clóvis Marinho de Barros Falcão

Professor Mestre Rubens Lira Barros Pacheco

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço aos meus pais, Raimundo Jorge Rabelo Araújo e Maria Marli dos Santos Rabelo, e ao meu irmão, Daniel dos Santos Rabelo, pelo imensurável apoio em todas as decisões tomadas nesse período de constante aprendizado, pela incansável paciência, enquanto trancafiado nos estudos diários não pude estar sempre presente ou fornecendo a merecida atenção.

Saibam que todo o meu suor foi e sempre será inspirado em vocês. Sou oriundo de escola pública. Sou de família humilde. Sou Cotista. Então, nesse momento, comprova-se a importância da concessão de oportunidades para aqueles que sistematicamente são impedidos de sonhar.

Agradeço também a minha namorada, Mylena Santos Dantas, pelas horas e horas de atenção dispostas, sempre que cada novo autor, livro ou teoria, eram descobertos, e logo em seguida, detalhadamente explanados em nossos momentos de lazer. Sinceramente, admiro e não compreendo completamente tamanha serenidade e generosidade.

Quero registrar a minha admiração pela professora Dra. Andréa Depieri de Albuquerque Reginato, de quem me orgulho profundamente em ter sido o seu aluno, no máximo de matérias possíveis (desde Introdução ao Estudo do Direito) e, agora em ter sido seu orientando na presente investigação. Saiba que a minha escolha em seguir na vida acadêmica foi em muito influenciado pela referência de profissional que a Senhora representa para diversos alunos que, em algum momento, pensaram em abdicar do curso.

Agradeço também aos demais membros da banca: ao professor Dr. Clóvis Marinho de Barros Falcão, pela disponibilidade de sempre esclarecer centenas de dúvidas, sejam teóricas ou profissionais, não tenho dúvidas que novas e preciosas contribuições irão surgir em breve; ao Msc. Rubens Lira Barros Pacheco cuja dedicação me ensinou o quão bom é uma boa aula, o ensino jurídico precisa de ti.

Gostaria de aproveitar a oportunidade para agradecer aos meus/minhas amigo(a)s, em especial, Hilbert Pinto, Sr. Alcino Caet, Genivaldo Galindo, Nara

Caroline, Vitória Moitinho, Jeferson Alan e José Carlos, por de várias formas contribuírem para a construção da presente Monografia.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo realizar, através de uma revisão bibliográfica, uma análise das disputas em torno da conceituação do racismo e as suas implicações na identificação de práticas racistas na modernidade. Em um segundo momento, já com um repertório conceitual e argumentativo, analisa-se brevemente qual a concepção de racismo presente nas condutas definidoras do crime de racismo presentes na Lei Carlos Caó (nº 7.716/89). Isso porque, a hipótese inicial da presente investigação é a de que embora essa legislação antirracista tenha uma natureza aparentemente progressista, a efetividade dela estaria comprometida em função de uma compreensão possivelmente reducionista e restrita das práticas racistas nas democracias modernas, nas sociedades ditas multiculturais. Ademais, inevitavelmente, alguns debates são levantados em torno dos limites de atuação das sanções penais no combate ao racismo, principalmente quando este mecanismo opressivo é apresentado como um sistema estrutural e estruturante das relações sociais, atuante através de atos difusos, sistêmicos, coletivos e inconscientes de discriminações raciais.

Palavras-chave: Direito Antidiscriminatório. Racismo. Disputas conceituais. Lei Carlos Caó.

ABSTRACT

The present paper aims to perform, through a bibliographic review, an analysis around the conceptualization of racism and its implications in the identification of racist practices in modernity. In a second moment, already with a conceptual and argumentative repertory, it is briefly analyzed what is the conception of racism present in the defining conducts of the crime of racism present in the Carlos Caó Law (n° 7.716/89). That's because the initial hypothesis of the present investigation is that, although this anti-racist legislation is apparently progressive in nature, its effectiveness could be compromised by a possibly reductionist and narrow understanding of the racist practices of modern democracies, in the so-called multicultural societies. Besides, some debates are, inevitably raised around the limits of criminal sanctions in the fight against racism, especially when this oppressive mechanism is presented as a structural and structuring system of social relations, acting through diffuse, systemic, collective and unconscious acts of racial discrimination.

Keywords: Anti-discriminatory Law. Racism. Conceptual disputes. Carlos Caó Law.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 MARCO HISTÓRICO-LEGAL DA LUTA ANTIRRACISTA	11
3 CONCEPÇÕES BIBLIOGRÁFICAS DO RACISMO: MODALIDADES E CONEXÕES	14
3.1 Conceção Individualista do Racismo: em busca da arbitrariedade e da intencionalidade	14
3.2 Conceção inconsciente do racismo: a criação e a recriação do “imaginário social”	19
3.3 Conceção cultural do racismo: a evolução das técnicas e a nova sutileza discursiva.....	24
3.4 Conceção institucional do racismo: a normalização e a produção dos sistemas e dos sujeitos racistas.....	30
3.5 Conceções interseccionais e multidimensionais do racismo: o entrelaçamento das relações de poder e as hierarquizações sociais.....	34
3.6 Conceção estrutural do racismo: o lugar da raça na estruturação da sociedade.....	41
4 A LEI CARLOS CAÓ (Nº 7.716/89): A APOSTA NA SANÇÃO PENAL QUANTO AO COMBATE DO RACISMO	47
5 CONCLUSÃO	56
REFERÊNCIAS.....	58

Em um mundo em que a raça define a vida e a morte, não a tomar como elemento de análise das grandes questões demonstra a falta de compromisso com a ciência e com a resolução das grandes mazelas do mundo.

Silvio de Almeida. Racismo Estrutural, 2019.

Diz-se corretamente que o racismo é uma chaga da humanidade. Mas é preciso que não nos contentemos com essa frase. É preciso procurar incansavelmente as repercussões do racismo em todos os níveis de sociabilidade.

**Frantz Fanon. Racismo e Cultura: Coleção
Pensamento Preto, 2018.**

“Aqui quem fala é Primo Preto, mais um sobrevivente.”

Racionais MC's. Música: Capítulo 4 Versículo 3.

1 INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 assentou em seu texto normativo um importante pontapé no enfrentamento do racismo no Brasil. Não apenas ao tornar a conduta racista um crime inafiançável e imprescritível, mas principalmente, em consonância com a hipótese trabalhada na presente investigação, por impor o direito fundamental a não-discriminação como objetivo fundamental da República Federativa do Brasil.

Assim, da promulgação da Carta Magna até os dias atuais um número expressivo de normas jurídicas com o mesmo objetivo de prevenir ou punir atos discriminatórios foram criadas. Todavia, isso não significou a superação do racismo, tampouco uma redução drástica nas representações negativas contra as minorias raciais.

Desse modo, a hipótese aqui elaborada, com fulcro na bibliografia caracterizadora do racismo utilizada, é que todas elas, em menor ou maior grau, tipificam condutas claramente reducionistas do que seria o racismo e/ou suplicam o cumprimento de requisitos definidores que não mais alcançam a diversidade e a pluralidade de novas e constantemente modificáveis modalidades das práticas racistas.

Nesta toada, conceitos como intencionalidade, arbitrariedade, anormalidade são apresentados doutrina e jurisprudencialmente como características “naturais” das condutas definidas como racistas, principalmente na Lei nº 7.716/89 (conhecida popularmente como Lei “Carlos Caó”), responsável por criminalizar o racismo. Nesse sentido, pode se dizer, fundado nos autores estudados, que tanto os legisladores, como os doutrinadores, e também os Tribunais compreendem a discriminação racial quase que exclusivamente como discriminação direta.

De outro lado, diversos e robustos estudos têm se debruçado sobre a compreensão da multiplicidade das formas de discriminação racial, seja a partir de teses sociológicas e psicológicas, políticas e jurídicas, ou ainda econômicas. Através tanto de um movimento de diferenciação de modalidades de racismo, como também de aproximação, principalmente quando apresentadas as perspectivas do racismo como um fenômeno interseccional, multidimensional e estrutural, um projeto de “dominação” dotado de racionalidade.

Portanto, apesar dos diplomas normativos gozarem de um propósito claramente progressista, a compreensão limitada e inadequada de mecanismos discriminatórios

atuais pode perpetrar uma profunda dificuldade de alcançar os importantes preceitos constitucionais da igualdade de tratamento e da não-discriminação, mais ainda quando diversos mecanismos de poder continuam por alimentar a “cordialidade” do povo brasileiro.

Nesse sentido, o intento da presente monografia é, a partir de uma revisão bibliográfica, traçar os contornos de alguns conceitos de racismo, através de suas variadas modalidades, com vistas a uma maior e atualizada compreensão sobre a sua abrangência e sobre o papel e o alcance do Direito Penal no combate ao racismo.

Por fim, faz-se importante destacar qual foi o recorte investigativo dado à revisão bibliográfica a seguir apresentada. Por razões de acessibilidade, contemporaneidade nas discussões e conectividade com o Direito, o levamento conceitual apresentado teve como base a literatura jurídica-nacional antirracista.

Todavia, isso não significou serem os conceitos encontrados específicos e restritos ao debate brasileiro, isso porque majoritariamente estas obras alimentam-se de teorias, autores, referências internacionais, principalmente da Teoria Crítica da Raça, desenvolvida no contexto estadunidense¹.

Desse modo, após uma breve contextualização histórico-legal da luta antirracista no segundo capítulo, buscou-se no decorrer do terceiro capítulo a apresentação das definições e dimensões do racismo majoritárias na literatura levantada, para que assim, no quarto capítulo, fosse delineada e questionada a concepção de racismo presente na Lei Carlos Caó e, inevitavelmente, o campo de atuação do sistema penal no combate às práticas racistas.

2 MARCO HISTÓRICO-LEGAL DA LUTA ANTIRRACISTA

Transformações econômicas e sociais, somadas à pressão dos movimentos sociais antirracistas e anticoloniais impactaram a consciência pública e o sistema jurídico, fomentando importantes mudanças quanto ao tratamento do combate ao racismo. Nessa toada, faz-se essencial destacar alguns acontecimentos e marcos histórico-legais antirracistas, à nível internacional e nacional.

¹ Nesse sentido, almeja-se o estudo das fontes primárias como tarefa a ser desenvolvida durante o programa do Mestrado.

Em 1948, logo após a segunda guerra mundial, foi celebrada a Declaração Universal dos Direitos Humanos, essencial por conceder legitimidade discursiva a diversos movimentos sociais. Posteriormente, inúmeros tratados e resoluções começaram a delinear, em diversas frentes, aquilo que viria a ser as principais referências legisladas acerca da questão racial. Dentre elas, destacam-se a Convenção nº 111, publicada em 1958, da Organização Internacional do Trabalho, e a Convenção Internacional sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial, de 1965.

Enquanto isso, nos Estados Unidos, onde o movimento negro de direitos civis tomou uma proporção global, foi promulgado no ano de 1964 o “Ato dos Direitos Civis”, extinguindo formalmente a segregação racial. Ademais, é em 1978 que a Suprema Corte Americana julga o conhecido precedente – *Regents of the University of California v. Bakke*², responsável por apontar a constitucionalidade das ações afirmativas, mesmo ao utilizarem o recorte racial.

Entrementes, no Brasil, em 1951, foi promulgada a Lei Afonso Arinos, esta que timidamente tornou contravenção penal a prática da discriminação racial. No entanto, pode-se dizer que o maior marco antirracista nacional foi, sem sombra de dúvidas, a Carta Magna de 1988, tanto ao tornar o crime de racismo inafiançável e imprescritível, disposição que alimentou um ano depois, a promulgação da Lei 7. 716/89, conhecida como “Lei Carlos Caó, como também sacramentou entre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, em seu artigo 3º, incisos III e IV, a “erradicação da marginalização” e a “promoção do bem de todos sem quaisquer formas de discriminação”.

Além disso, são outros importantes marcos nacionais antirracistas, a Lei 12.288/2010, reputada como o Estatuto da Igualdade Racial; a Lei 10.639/2003, que determinou o ensino obrigatório da África e da cultura afro-brasileira em todas as escolas brasileiras; e a Lei 12.711/2012, responsável por instituir o sistema de cotas nos processos admissivos universitários, declarada constitucional na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental de nº 186.

² ESTADOS UNIDOS. Suprema Corte dos Estados Unidos. *Regents of the University of California v. Bakke*, 438 U. S.265,1978 (Nesse precedente, Allan Bakke, questionava se a reserva de vagas para minorias não violaria o princípio da igualdade presente na Constituição. A Suprema Corte Americana firma o entendimento de que o sistema de cotas, por si só, não violaria tal princípio, visto que a diversidade no ambiente universitário era almejada).

No campo do direito, segundo Almeida (2019, p. 148), o antirracismo assumiu tanto a forma de atuação jurídica nos Tribunais, com o objetivo de garantir a cidadania dos grupos minoritários, sob a argumentação da necessidade da defesa da pluralidade, da diversidade e da reparação histórica; como também se revestiu de produção intelectual, com o intuito de construir teorias que questionassem o racismo inscrito nas doutrinas, nos manuais e na metodologia do ensino do direito.

Luta nacional e construção conceitual influenciadas pelo surgimento, entre os anos 1970 e 1980, nos Estados Unidos, da Teoria Crítica da Raça (TCR)³, que introduziu um importante debate sobre a conexão entre racismo, direito e poder (MOREIRA, 2019, p. 16).

Nessa trilha, os autores ligados ao *Critical Race Theory* – que são muitos diversificados-, ao analisarem a relação entre racismo, direito e poder, tomaram como pontos de partida: a crítica ao liberalismo e à ideia de neutralidade racial; crítica à predominância teórica do eurocentrismo, inclusive nas práticas pedagógicas; a narrativa de casos jurídicos de forma a destacar a experiência racial (*storytelling*); crítica ao essencialismo filosófico; o uso da interseccionalidade na análise jurídica – consideração sobre as questões de raça, gênero, sexualidade e classe; estudos sobre a formação do privilégio racial branco – branquitude ou branquidade (ALMEIDA, 2019, pp. 150-151).

Portanto, é através de uma revisão bibliográfica, que busca a presente investigação, a partir desse momento, conhecer e apresentar as disputas em torno do conceito de racismo, assim como, apontar algumas das suas vertentes e modalidades, para ao fim questionar quais destas se encontrariam previstas na Lei Carlos Caó – nº 7.716/89, legislação esta que completa 30 (trinta) anos de vigência, tida de maneira

³ Segundo Zuberi (2016, p. 469), destacam-se como principais fundadores os seguintes autore(a)s da Teoria Crítica da Raça – TCR: “mulheres tais como Ida B. Wells, Joyce Ladner, Patricia HillCollins, Margaret Anderson, France Winddance Twine, Julianne Malveaux e Jane Addams; homens de cor como W.E.B. Du Bois, Abram Harris Jr., Oliver C. Cox, Aldon Morris, James Blackwell, Thomas Pettgrew, Charles V. Willie, Michael Omi, Cedric J. Robinson, Ronald W. Walters, Harold Cruse, Thomas D. Boston, William Darity Jr., James B. Stewart, Eduardo Bonilla-Silva; e alguns homens brancos, como Howard Winant, Joe R. Feagin, Robert Blauner, Charles Lemert e Craig Calloun”.

geral como um regimento meramente simbólico (BAGGIO; RESADORI; GONÇALVES, 2018, p. 1.857).

3 CONCEPÇÕES BIBLIOGRÁFICAS DO RACISMO: MODALIDADES E CONEXÕES

3.1 Concepção Individualista do Racismo: em busca da arbitrariedade e da intencionalidade

Como destaca o especialista em Direito Antidiscriminatório, Adilson Moreira, ambas as primeiras concepções fazem parte da primeira geração das Teorias da Discriminação, resultantes principalmente da luta dos diversos movimentos por direitos civis (MOREIRA, 2017, p. 97).

Além disso, essa vedação à discriminação ganhou conjuntura e importância jurídica a partir do momento em que constitucionalismo moderno passou a introduzir o tratamento isonômico como uma política estatal legítima, e portanto, merecedora de proteção.

A discriminação racial direta como marco embrionário das teorias antidiscriminatórias (destaque-se que no presente trabalho será dada uma ênfase especial as discriminações raciais negativas⁴) parte da vedação às discriminações pautadas em fundamentos irracionais, geralmente por meio de atos facilmente identificáveis, contra as minorias raciais.

Assim, pode-se afirmar que o Estado protege determinados direitos fundamentais, e que para essa modalidade de racismo, haveria meramente uma lesão direta, intencional e individual a eles. Nesse sentido, seria esta considerada uma conduta simplesmente irracional, vez que fere um ideal igualitário constitucionalizado (MOREIRA, 2017, p. 57).

Em razão dessas características, grande parte das discriminações raciais ocorridas nos estádios de futebol, por exemplo, presentes nas reproduções de gestos e sons de primatas seriam consideradas discriminações diretas. Além disso, no mundo

colonial, a proibição de casamentos mistos, a esterilização forçada e a separação coativa de espaços “brancos” e “negros”, enquadram-se manifestadamente nessa concepção do racismo.

Ocorre que, nem sempre as práticas discriminatórias são tão explícitas, ou intencionais, ou ainda oriundas de um único fator de opressão/exclusão, como só a raça, só o gênero, ou exclusivamente a classe social.

Sendo o racismo um tipo de dominação social que procura manter o poder nas mãos do grupo racial dominante, suas formas de legitimação precisam também se modificar, pois suas práticas excludentes são sempre questionadas. Seu aspecto dinâmico permite que seus meios de operação sejam encobertos, de modo que relações hierárquicas possam ser explicadas a partir das características dos membros de minorias raciais e não a partir de estratégias de dominação (MOREIRA, 2019, p. 41).

Somado a isso, não haveria na discriminação racial do tipo direta a concepção das práticas discriminatórias serem parte de um todo maior, um sistema de dominação e manutenção de um “estoque racial” de vantagens ao grupo dominante (NASCIMENTO, 2016, p. 101). Mas sim, uma análise como elemento meramente comportamental, no qual indivíduos dotados de uma concepção universal de racionalidade, a desconsidera e desrespeita um padrão igualitário defendido em estados democráticos.

Além disso, essa perspectiva está baseada na premissa de que atores sociais sempre atuam racionalmente, a discriminação seria então um desvio desse padrão, e assim, só pode ser compreendida como um elemento comportamental. Portanto, ela não possui um aspecto coletivo, nem pode estar ligada ao funcionamento das instituições (MOREIRA, 2017, p. 102).

⁴ Como exemplo de discriminação racial positiva encontram-se as cotas raciais e demais ações

Como prova dessa concepção intencional e individualizada, destaca-se como na Revista “TCU Sem Barreiras”, Valéria Ribeiro, Coordenadora do Núcleo de Acessibilidade do Tribunal de Contas da União, define o que seria a discriminação direta:

A discriminação direta é aquela que contém em si o *animus*, a intenção de discriminar. O sujeito é discriminado intencionalmente, tratado de forma desigual, em função de uma característica, individual ou de grupo, que lhe é peculiar, tal como sua condição física. Neste caso, cabe à vítima o dever de comprovar o ato discriminatório praticado contra si.⁵

A partir do aprofundamento dos estudos sobre os atos discriminatórios percebeu-se que intencionalidade e discriminação, como dito, nem sempre ocupam o mesmo lado da moeda, pois normas dotadas de generalidade, isto é, remetidas a todos igualmente, indiretamente também acabavam por excluir grupos específicos, e mais, por perpetuar a situação de desvantagem social desses.

Antes de maiores aprofundamentos nesse ponto, faz-se importante delinear ligeiramente qual a concepção de igualdade presente no sistema jurídico nacional, com vistas a compreender os avanços trazidos pela concepção do racismo seguinte – a teoria da discriminação indireta.

O novo arcabouço de análise das exigências sociais ressoado no constitucionalismo nacional, julgado a julgado, sacramentou que a igualdade perante a lei, prevista no caput do art. 5º⁶, deveria ser analisada de forma mais ampla, ao se ponderar os princípios e os objetivos da Carta Magna.

Eles fazem referência exclusiva à noção de igualdade formal, princípio articulado com a narrativa racial da homogeneidade racial. Essa posição

afirmativas que utilizam o parâmetro étnico-racial com vistas à igualização.

⁵Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A81881F64480C8C0164614629C420E7> Acesso em 24/11/2019.

⁶ *In verbis*: “Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [...]”

encobre uma estratégia discursiva contrária a essas medidas porque elas podem desestabilizar os vários sistemas de privilégios raciais que estruturam a sociedade brasileira (MOREIRA, 2019, p. 285).

Assim então, são as palavras do prestigiado jurista José Afonso da Silva:

Nossas constituições, desde o Império, inscreveram o princípio da *igualdade*, como *igualdade perante a lei*, enunciado que, na sua literalidade, se confunde com a mera *isonomia formal*, no sentido de que a lei e a sua aplicação tratam a todos igualmente, sem levar em conta as distinções de grupos. A compreensão do dispositivo vigente, nos termos do art. 5º, *caput* não deve ser assim tão estreita. O intérprete há que aferi-lo com outras normas constitucionais, conforme apontamos supra, e especialmente, com as exigências da justiça social, objetivo da ordem econômica e da ordem social (SILVA, 2009, pp. 214-215).

Nesse sentido, conclui-se que o princípio da igualdade vai muito além da obrigação de uniformidade de tratamento (mandamento constitucional de antidiferenciação), pois impõe, sobre sua perspectiva material, a proibição de tratamentos intencionais ou não, que perpetuem discriminação.

Portanto, ultrapassada essa aligeirada explicação, vê-se que normas e demais mandamentos formados por uma pretensão da igualdade em sentido meramente formal poderia acabar, implicitamente, quando analisado os resultados e os efeitos delas, por excluir socialmente determinados grupos.

A título de exemplo, pode-se pensar nos sistemas admissivos das universidades públicas, no qual alunos negros, pobres e provindos de escolas públicas eram minorias entre os aprovados⁷. Nesses sistemas, o tratamento igualitário apoiava-se no fato de todos se submeterem a uma mesma avaliação, premissa que supunha a inexistência de discriminações implícitas ou explícitas.

⁷ Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-11/pela-primeira-vez-negros-sao-maioria-no-ensino-superior-publico>>. Acesso em 24/11/2019.

O conceito de discriminação indireta, mais precisamente, surgiu em 1971, na jurisprudência⁸ da Suprema Corte Americana, por meio do caso *Griggs v. Duke Power Company* (MOREIRA, 2017, p. 102).

Nesse precedente, restou ajuizada uma pretensão em favor dos empregados negros da *Duke Power Company*, por considerar que uma norma do regimento interno da empresa que exigia uma nota mínima em um exame de aptidão, além da conclusão do segundo grau escolar, tinha um impacto negativo e discriminatório quanto aos funcionários negros, pois estes se encontravam em situação díspar em relação ao conhecimento dos conteúdos exigidos; e visto de forma mais ampla, quanto ao acesso à educação nos Estados Unidos.

A Suprema Corte chegou à conclusão de que a ausência de motivação ou intencionalidade não impediriam a caracterização da norma como discriminatória, pois se analisados os efeitos originados, seriam estes totalmente desvantajosos e desproporcionais para os funcionários negros.

No Brasil, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região, por meio da apreciação de Recurso Especial⁹, em 2010, foi incisivo ao apontar a constitucionalidade das ações afirmativas nos processos seletivos universitários, mas não apenas, ressaltou a sua importante função no combate à discriminação indireta.

Em destaque:

[...] 15. Improcedência da tese segundo a qual indivíduos brancos foram desrespeitados para a consecução de objetivos extra universitários. **Além da consideração racial dentre os quesitos importantes para a diversidade da experiência acadêmica, é dever do Estado combater o privilégio racial e social decorrente da discriminação indireta, por meio de ações afirmativas.** Ao passo que pessoas negras foram e são sistematicamente prejudicadas no acesso ao ensino superior, dadas às condições sociais decorrentes da discriminação passada e presente, muitos brancos obtiveram vagas universitárias graças ao privilégio ligado à sua condição racial - circunstância que excluía e continua alijando da disputa pelas vagas um grande número de pessoas, privadas que foram

⁸ ESTADOS UNIDOS. Suprema Corte. *Griggs v. Duke Power Co.*, 401 US 404 (1971).

⁹ Recurso Especial em Apelação nº 2008.71.00.0024546-2/RS, Relator: Roger Raupp Rios, Data da Publicação: 05/05/2010.

e continuam a ser de condições de competir em virtude de pertencerem a grupos raciais que sofreram intensa exploração e exclusão e carregam até hoje, geração após geração, os efeitos deste passado discriminatório. (sem grifos no original)

De acordo com Sandra Fredman (2011, p. 177-180), conforme citado por Moreira (2017, p. 103), a discriminação indireta geralmente engloba três princípios/pilares. Primeiro, ela é dirigida a uma generalidade de indivíduos, sem claramente possuir um sentido discriminatório. Segundo, deve existir um impacto desproporcional para alguns grupos, estes que já sofrem desvantagens sociais, econômicas e culturais. Aqui, as práticas de *discrimen* são enxergadas quanto aos efeitos negativos em uma coletividade, diferentemente da discriminação direta, que avalia o aspecto individual do ato. Terceiro, leva-se em consideração se o impacto desproporcional pode ser justificado tendo em vista os objetivos que a norma ou a prática pretende alcançar.

Nesse sentido, embora tenha a concepção do racismo como discriminação direta oferecido o pontapé inicial para a contestação das práticas racistas explícitas e manifestas e a teoria da discriminação indireta tido um papel importante no desvelamento de mecanismos discriminatórios que permaneciam invisíveis para o sistema jurídico, modernos e aprofundados estudos sobre o racismo proporcionaram novas definições e direções.

Assim, é do papel do “inconsciente” e das representações compartilhadas sobre a população negra, do delineamento sobre a sutileza discursiva e ideológica do racismo, bem como do entrelaçamento de diversas relações assimétricas de poder, que novos paradigmas antirracistas vão sendo apresentados.

3.2 Concepção inconsciente do racismo: a criação e a recriação do “imaginário social”

A teoria da discriminação inconsciente compõe o que Moreira (2017, p. 121) caracteriza como a segunda geração das teorias de discriminação, ao demonstrar que a intencionalidade além de nem sempre ser perceptível, parte de um ideal de que as

relações sociais são equânimes e que atos discriminatórios seriam meramente arbitrários por romperem a estabilidade da dinâmica social.

A evolução dessa teoria, dada principalmente no campo da Psicologia Social, deu-se ao demonstrar que a mente humana nem sempre funciona por meios de atos conscientes, muito pelo contrário – o inconsciente seria o responsável pela maioria das nossas decisões¹⁰. Isso porque, os estereótipos, em síntese, são esquemas mentais oriundos de processos naturais de classificação de informação.

Ocorre que essa categorização é formada pela percepção de normas culturais explícitas ou implícitas, e nesse ponto se reside a correlação entre o inconsciente e o racismo (MOREIRA, 2017, p. 123). Assim, conforme Frantz Fanon (2018, p. 48), a consequência lógica é de que “em uma cultura racista, o racista é, pois, o normal”.

Mais do que uma análise de como as estruturas ideológicas estruturam práticas políticas, essa abordagem conecta as normas sociais e os processos cognitivos a fim de proporcionar uma compreensão adequada dos meios a partir dos quais as estruturas dos discursos reproduzem estruturas de poder. As cognições sociais que aparecem são a ligação entre narrativas culturais e a compreensão individual do mundo (MOREIRA, 2017, p. 172).

Como demonstrativo dessa teoria, várias e conhecidas experiências foram produzidas à título científico e publicitário, ao interpelaram crianças e adultos com vistas a demonstrar como diversos estereótipos negativos são interligados a pessoas negras.

O “experimento Clark” (em referência à psicóloga desenvolvedora Mamie Clark), ou “Teste da Boneca”, como ficou conhecido, foi um experimento psicológico elaborado nos Estados Unidos, na década de quarenta, que objetivava testar o grau de marginalização e exclusão, causado pelo preconceito e a segregação racial, sentido por crianças afro-americanas.

Nessa experiência, a boneca dita legal, bonita e agradável foi apontada pelas crianças (frise-se, estas eram negras) como sendo a de cor de pele branca, enquanto a

¹⁰ Importante reportagem sobre o assunto disponível em <<https://super.abril.com.br/ciencia/o-mundo-secreto-do-inconsciente/>> - Acesso em 02/12/2019

maldade e a feiura foram associadas à boneca de cor de pele preta. Ao fim do vídeo¹¹, é questionado “qual delas se parece com você?”. Nesse momento uma concreta aflição passa a compor a feição das crianças ao perceberem em que lado da moeda (ou dos julgamentos morais “inconscientes”) elas e a sua cor estão.



“Teste da Boneca”

Fonte: NAACP Legal Defense Fund

Esse viés inconsciente é imposto por uma cultura racista alimentada ao longo do tempo, mas não apenas, a todo momento mecanismos de grande alcance reforçam o estigma racial implantado na população negra.

O racismo é um sistema de exclusão que opera por meio da estigmatização de grupos populacionais que são racializados por possuírem determinadas características fenotípicas em comum. Elas são representadas como traços negativos a partir dos quais muitos membros do grupo racial dominante passam a atuar, o que ocorre em quase todas as esferas da vida de minorias raciais. Estigmas raciais são reproduzidos de forma ativa e passiva, estando presentes não apenas nas falas de indivíduos particulares, mas também em diversas produções culturais de forma indireta ou encoberta (MOREIRA, 2019, pp. 63-64).

¹¹ O experimento encontra-se disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=TY_rdxvhffM> - Acesso em 29/11/2019.

Nesse sentido, além de clássicos personagens da televisão nacional, como o Mussum e a Vera Verão, no qual o alcoolismo, a preguiça e a malandragem eram ligadas ao primeiro, e a sexualidade exacerbada ao segundo, em 2018 o programa “Pânico na Band” estreou o personagem chamado “Africano”, um homem coberto de tinta preta que emitia sons animais e transmitia gestos exóticos irracionais. Representação racista assemelhada aos chamados atores *blackfaces* estadunidenses, no qual se destacou o personagem Jim Crow, nomenclatura utilizada para nomear, posteriormente, as leis estaduais que empunham o segregacionismo racial nos Estados Unidos.



“Fotograma do filme 'O cantor de jazz' (1927)”

Fonte: GETTY

O professor Silvio de Almeida, em seu contemporâneo e célebre livro “Racismo Estrutural”, explica a concepção inconsciente através da significação das *ideologias*, ancorada em práticas sociais concretas:

O significado das práticas discriminatórias pelas quais o racismo se realiza é dado pela ideologia. Nossa relação com a vida social é mediada pela ideologia, ou seja, pelo imaginário que é reproduzido pelos meios de comunicação, pelo sistema educacional e pelo sistema de justiça em consonância com a realidade. Assim, uma pessoa não nasce branca ou negra, mas torna-se a partir do momento em que seu corpo e sua mente são conectados a toda uma rede de sentidos compartilhados coletivamente, cuja existência antecede a formação de sua consciência e de seus afetos (ALMEIDA, 2019, p. 67).

No ano de 2016, o Governo do Paraná veiculou uma campanha publicitária¹² em combate ao racismo institucional que deixou bem claro como processos inconscientes sobre minorias raciais são construídos e apresentados. A campanha reproduz uma seleção de emprego junto ao setor de Recursos Humanos, filmada sem que os candidatos soubessem da sua gravação. Nela, o avaliador exige que os candidatos, divididos em dois grupos, averbem a primeira percepção ou imagem que lhe vem à mente quando apresentadas as figuras de algumas pessoas em trabalho.

O primeiro grupo destaca, nessa ordem, que na primeira imagem a pessoa representada estaria atrasada; na segunda, vê-se uma designer de moda; na terceira, um executivo; na quarta, uma grafiteira. O segundo grupo visualiza as mesmas atividades, dessa vez praticadas por pessoas negras e o resultado é significativamente diverso: vê-se um ladrão; uma costureira/vendedora; um segurança de shopping e uma pichadora.



“Campanha do Governo do Pará contra o racismo”

Fonte: Imagens retiradas da própria reprodução da Campanha

Por último, pode-se dizer que a concepção inconsciente da discriminação racial ajuda a compreender o resultado aparentemente conflituoso entre a averbação dos brasileiros, em diversas pesquisas, de existir um racismo generalizado no Brasil, mas não existir quem o pratica.

¹² Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=PbCZzEaCMOI&t=3s>> – Acesso em 02/12/2019.

Nessa linha, em 2014, o Instituto Data Popular demonstrou¹³ que apesar de 92% dos entrevistados acreditarem que há racismo no país, somente 1,3% se consideravam racistas. Segundo MOREIRA (2017, p. 138), “isso acontece em função de uma cultura social que condena o racismo, mas que mantém um sistema de exclusão que atua independentemente da vontade individual”.

Portanto, além de demonstrar existir um racismo velado, visto que práticas explícitas de racismo recebem uma forte repreensão moral (NASCIMENTO, 1980, p. 135), sendo poucas as pessoas a se autodefinirem como racistas, pode-se complementar que grande parte dos entrevistados ou não percebem praticar atos discriminatórios (já que segundo essa concepção da discriminação grande parte desses seriam inconscientes), ou possuem a visão de que apenas atos conscientes, diretos e arbitrários são enquadrados e considerados socialmente como excludentes e discriminatórios.

É neste último ponto que pretende a presente investigação atuar, ao demonstrar a variedade e a amplitude das modalidades do racismo na modernidade, por meio de diversas perspectivas teóricas do Direito Andiscriminatório, da Teoria Crítica da Raça (TCR) e de algumas contribuições da filosofia moderna.

3.3 Concepção cultural do racismo: a evolução das técnicas e a nova sutileza discursiva

O psiquiatra, filósofo e ativista político anticolonial e antirracista, Frantz Fanon, autor de importantes obras sobre o caráter alienatório e sistemático do racismo, como “Pele Negra, Máscaras Brancas” e os “Condenados da Terra”, é um nome central quanto à relação entre o racismo e a cultura, principalmente pelo seu pioneirismo.

Segundo o autor, se a cultura é o conjunto de comportamentos motores e mentais nascido do encontro do homem com a natureza e com o seu semelhante, pode-se dizer sem sombras de dúvidas que o racismo é um elemento cultural (FANON, 2018, p. 39).

¹³Disponível em <<https://www.geledes.org.br/brasileiros-acham-que-ha-racismo-mas-somente-1-3-se-consideram-racistas/>> - Acesso em 03/12/2019.

Nesse sentido, visualizá-lo sobre o filtro da cultura é reconhecer o seu caráter dinâmico, renovável, conflitivo. O racismo que em um primeiro momento se apresentava de maneira simplista, primitivo, encontrou na biologia e na geografia o arcabouço teórico necessário para a sua manutenção em uma sociedade cientificista e positivista.

Formas comparadas de crânio, dimensões das vértebras, orelhas e narizes, aspecto da epiderme, somados à influência do clima tropical, eram características da “degenerescência” humana. Esse tipo de pensamento, identificado como racismo científico, gozou de grande prestígio nos meios acadêmicos e políticos do século XIX, principalmente por não conflitar com os ideais democráticos e liberais, pois seriam as diferenças consideradas “naturais” entre “as raças” humanas, como atestam as obras de Arthur de Gabineau, Cesare Lombroso, Enrico Ferri, Gustavo Le Bon e, no Brasil, as de Nina Rodrigues, Sílvio Romero e Francisco José de Oliveira Vianna (ALMEIDA, 2019, p. 29).

Em primeiro lugar – o racismo – era a fórmula preciosa para justificar o domínio branco sobre o resto do mundo: se as outras raças eram biologicamente inferiores, se eram incapazes de atingir os valores mais elevados da civilização, só poderiam sobreviver como massas trabalhadoras submetidas aos brancos. Essa justificativa era mais sutil do que parece à primeira vista: através dela, o europeu não chegava a sentir conflito ideológico com seus ideais democráticos e liberais. Não fora ele, o europeu, que intencionalmente estabelecera as diferenças entre as raças; ao contrário, estas eram determinadas pela natureza (LEITE, 1969, p. 28).

Contudo, tais afirmações brutais e maciças dão lugar a uma argumentação mais “fina” e sutil, principalmente a partir do momento em que há no pós-guerra uma evolução das “técnicas” e das “tecnologias”, como as dos meios de comunicação, conjuntamente a uma maior conscientização e organização dos movimentos sociais e dos trabalhadores (FANON, 2018, p. 40).

[...] a evolução das técnicas de produção, a industrialização, aliás limitada, dos países escravizados, a existência cada vez mais necessária de colaboradores impõem ao ocupante uma nova atitude. A complexidade dos meios de produção, a evolução das relações econômicas, que, quer se queira quer não, arrasta consigo a das ideologias, desequilibram o sistema. O racismo vulgar na sua forma biológica corresponde ao período de exploração brutal dos braços e pernas do homem. A perfeição dos meios de produção provoca fatalmente a camuflagem das técnicas de exploração do homem, logo, das formas de racismo (FANON, 2018, pp. 42-43).

Além disso, o dinamismo e aperfeiçoamento de formas sutis do racismo são acelerados a contar do momento em que esses grupos passam a reconhecer e a denunciar, por meio dos diversos movimentos, as variadas formas de diferenciação e exclusão das práticas racistas (MOREIRA, 2019, p. 40). Nesse contexto, a discriminação racial passa a existir de maneira encoberta e sutil.

São perplexidades, ainda, que decorrem de inquietações acerca da permanência de ideias e das práticas de discriminação de base racial num contexto em que diferentes campos do conhecimento as desautorizam, em que as condições históricas que constituíram seu *locus* de legitimação foram superadas e o próprio *status* dos sujeitos a que elas eram endereçadas foi modificado. Se, como afirma o senso comum, racismo e preconceito seriam frutos da ignorância, não faltariam saberes suficientemente disseminados para desautorizar as práticas discriminatórias de natureza racial (CARNEIRO, 2005, p. 09).

O próprio sergipano Manoel Bomfim, médico, psicólogo, sociólogo e historiador, já no início do século XX, enquanto Arthur de Gobineau e Nina Rodrigues eram lidos ferozmente pelos “doutores” nacionais, já enxergava e apresentava em seu livro “América Latina: males da origem” alguns objetivos da racialização científica, estes que seriam apenas estudados e discutidos, com mais robustez, anos mais tarde (ALVES FILHO, 2013, p. 36).

Que vem a ser esta teoria? Como nasceu? A resposta a estas questões nos dirá que tal teoria não passa de um sofisma do egoísmo humano, hipocritamente mascarado de ciência barata, e covardemente aplicada à exploração dos fracos pelos fortes (BOMFIM, 2005, p. 287).

Mais a frente, Manoel Bomfim, ainda em sua obra, ironicamente questiona a “superioridade natural” de uma raça sobre outra, apresentada por meio de um “verniz científico”:

Em vão, os doutrinadores do parasitarismo tentarão dar aparência de lógica e de ciência às suas alegações imorais; o falso verniz científico estala por todos os lados, e por toda parte aparece o sofisma. Qual a dura fatalidade da natureza que obriga uma categoria de homens a não trabalhar, e a viver à custa dos trabalhos dos outros? (BOMFIM, 2005, p. 301).

Com perfeição, Deivison Faustino, em sua obra “Frantz Fanon: Um revolucionário particularmente negro”, delineia sobre o período analisado por Fanon, no qual argumentos religiosos e biológicos se mostravam substituídos por uma nova forma de dominação racial – a cultural.

Por outro lado, dado que é um elemento cultural, o racismo se modificaria plasticamente no tempo e no espaço para atender às mais diversas necessidades de manutenção da exploração e submissão. Se outrora servira como dispositivo ideológico de dominação colonial – legitimando-se primeiramente através de argumentos religiosos e, em seguida, pseudocientíficos -, o período analisado por Fanon apontava para novas formas de dominação que prescindiam de justificativas biológicas. Tratava-se, agora, de “explicar” a inferioridade dos africanos pela sua cultura (FAUSTINO, 2018, p. 86).

Nesse sentido, segundo Fanon (2018, p. 40), esse racismo que se pretende racional, individual, determinado, genotípico e fenotípico, transforma-se em um racismo

evidentemente cultural. “O objetivo do racismo já não é o homem particular, mas uma certa forma de existir”.

Assim sendo, a destruição dos valores culturais e das modalidades de existência dos afrodescendentes, como a linguagem, o vestuário, a dança, a música, ingressam em um ciclo de desvalorização, ridicularização e submissão a um novo ideal que não é proposto, mas imposto. O folclore, as piadas, o misticismo se tornam importantes veículos de disseminação do racismo, já que é por meio da cultura popular que há a naturalização da discriminação no imaginário social (ALMEIDA, 2019, p. 69).

Por isso, destaca o jurista Adilson Moreira (2019, p. 98), em sua hodierna obra “Racismo Recreativo”, que identificar o racismo como um tipo de política cultural implica em reconhecer o seu caráter discursivo, argumentativo, sendo essencial o conhecimento dos processos responsáveis pela produção das representações derogatórias sobre as minorias raciais.

Nessa nova dinâmica discursiva, extirpar a cultura do grupo oprimido não se mostra como a ferramenta de controle mais eficiente em uma sociedade dita globalizada e multicultural. Desse modo, é sobre o manto do “exotismo” que a cultura das minorias raciais é objetivada, aprisionada, inferiorizada na hierarquização social (FANON, 2018, p. 42).

[...] Aliás, não é raro ver surgir nesse estágio uma ideologia “democrática e humana”. O empreendimento comercial de sujeição, de destruição cultural, cede progressivamente o passo a uma mistificação verbal (FANON, 2018, p. 44).

Outrossim, com o objetivo de compreender as práticas corriqueiras do racismo cultural, faz-se essencial alguns apontamentos sobre a perspectiva trazida pela Teoria das Microagressões, desenvolvida pelo psiquiatra e professor da *Havard University*, Chester Pierce.

Segundo essa teoria, atos, representações e estereótipos inconscientes, agridem, insultam e invalidam minorias dentro de um aspecto de “normalidade cultural”, visto que não veiculam diretamente o ódio racial, pois possuem um caráter cumulativo e corriqueiro (MOREIRA, 2019, p. 158).

De forma precisa, para Tom Stafford¹⁴, as microgressões:

[...] São coisas “pequenas”, tais como a repetição de um estereótipo impensado ou ignorar o ponto de vista de alguém repetidamente – ações que podem parecer tão simplórias e indignas de um comentário, mas podem, no entanto, marginalizar um indivíduo. As pessoas que cometem estas microagressões podem fazê-las de maneira completamente inconsciente de que possuem uma visão preconceituosa.” (tradução minha¹⁵)

Microagressões estão presentes, portanto, não apenas nas falas e nos gestos, mas também quando da existência de representações culturais que reproduzem ideias e imagens sobre a falsa inferioridade das minorias. Ao mesmo tempo, os membros do grupo racial dominante são transformados em uma referência cultural universal.

Assim, como demonstrativo da existência das microagressões no cotidiano brasileiro, não é relato incomum no noticiário nacional a atitude de empregadores brancos que impõem o alisamento do cabelo de funcionárias negras¹⁶, ou ainda de alunos que sofrem com “brincadeiras” racistas, em razão dos seus traços físicos, por outros alunos e professores¹⁷.

Desta feita, o filósofo e jurista Silvio de Almeida, resume e sacramenta a correlação entre o racismo, “normalidade” e as microagressões:

Em uma sociedade em que o racismo está presente na vida cotidiana, as instituições que não tratem de maneira ativa e como um problema a desigualdade racial irão facilmente reproduzir as práticas racistas já

¹⁴ Disponível em: <<https://www.bbc.com/future/article/20160608-the-true-impact-of-tiny-microaggressions>>. Acesso em 25/11/2019.

¹⁵ A presente citação, assim como todas as demais provenientes de línguas estrangeiras, serão traduções livres minhas. Segue o trecho em original: “*These are things such as repeating a thoughtless stereotype, or too readily dismissing someone’s viewpoint – actions that may seem unworthy of comment, but can nevertheless marginalise an individual. If you interrupt women more than men in meetings, you are displaying a sexist implicit attitude. The people perpetrating these microaggressions may be completely unaware that they hold a prejudiced view*”.

¹⁶ Disponível em <<https://www.espacovital.com.br/noticia-36362-reparacao-moral-para-recepcionista-negra-pressionada-alisar-cabelo>> - Acesso em 30/11/2019

¹⁷ Notícia disponível em <<https://noticias.r7.com/minas-gerais/alunos-protestam-contraprofessora-que-teria-ofendido-estudante-negro-02042019>> - Acesso em 30/11/2019.

tidas como “normais” em toda a sociedade. É o que geralmente acontece nos governos, empresas e escolas em que não há espaços ou mecanismos institucionais para tratar conflitos raciais e sexuais. Nesse caso, as relações do cotidiano no interior das instituições vão reproduzir as práticas sociais corriqueiras, dentre as quais o racismo, na forma de violência explícita ou de microagressões – piadas, silenciamento, isolamento, etc. Enfim, sem nada fazer, toda instituição irá se tornar uma correia de transmissão de privilégios e violências racistas e sexistas (ALMEIDA, 2019, p. 48).

Finalmente, embora Frantz Fanon tenha sido a principal referência sobre os estudos entre o racismo e a cultura, o pesquisador Deivison Mendes destaca que esse filósofo compreendia a limitação explicativa da concepção cultural sobre o racismo, sendo essencial o pensar “por meio, mas também além dela”.

A segunda tese, decorrente da primeira, é que essa dimensão cultural que constitui o racismo não o explica *per sí*. Ao contrário, o próprio racismo, em sua expansão moderna, só se torna inteligível a partir de suas mediações socioeconômicas e históricas, ou seja, a subordinação econômica e biológica de um povo. Isso significa que o racismo está longe de ser um confronto de civilizações ou de cultura, ou ainda um fenômeno que se explica sozinho. Ao contrário, o racismo é a negação sistemática da humanidade do outro com vistas à sua exploração e dominação (FAUSTINO, 2018, p. 87).

3.4 Concepção institucional do racismo: a normalização e a produção dos sistemas e dos sujeitos racistas

A concepção institucional¹⁸ do racismo significou um importante avanço nos estudos das relações raciais, principalmente por transpor a atenção da perspectiva

¹⁸ A primeira obra a mencionar o adjetivo “institucional” em relação ao racismo, segundo ALMEIDA (2019, p. 42), foi a clássica obra “*Black Power: Politics of Liberation in America*”, escrita em 1967, por Charles V. Hamilton e Kwame Ture (nome de origem africana adotado por Stokely Carmichael).

individualista do racismo à atuação normal das instituições que passam ainda que, inconscientemente, a concederem privilégios e desvantagens fundadas na raça.

Segundo Almeida (2019, p. 38), as instituições são responsáveis por manter a estabilidade dos sistemas sociais, através da sua capacidade de absorver os conflitos inerentes à vida humana. Portanto, seria desse papel de *absorção e normalização* que as instituições formariam os *sujeitos* através da sua inserção em um sistema de comportamentos anteriormente estabelecidos.

[...] Em outras palavras, é no interior das regras institucionais que os indivíduos se tornam sujeitos, visto que suas ações e seus comportamentos são inseridos em um conjunto de significados previamente estabelecidos pela estrutural social (ALMEIDA, 2019, p. 39).

Assim sendo, não se pode, sobre o manto da “neutralidade institucional” esquecer que as instituições são compostas por indivíduos, majoritariamente do grupo dominante, que disputam os espaços de poder, em busca não apenas do seu controle, mas sobretudo da sua produção (FOUCAULT, 2015, p. 238-239).

A possibilidade de conformar sentidos culturais que determinam o funcionamento das instituições tornam desnecessária as formas de discriminação direta. O próprio funcionamento dessas instituições perpetua as relações assimétricas de poder que reproduzem a opressão de grupos minoritários (MOREIRA, 2017, p. 173).

Com efeito, a análise do racismo passa, mediante a concepção institucional, a ser concebido como um projeto de dominação, salto importante frente às teorias individualistas do racismo, que visualizavam as práticas racistas como condutas sempre diretas e “irracionais”. A concepção institucional possui, portanto, uma dimensão coletiva, já que expressa a maneira como as instituições sociais funcionam, por atos comissivos ou omissivos, para promover a subordinação de minorias raciais.

Ademais, é através da utilização de certas categorias culturais como critérios de ações institucionais que se busca o controle dos grupos oprimidos. Nesse sentido, a historiadora e antropóloga Lilia Schwarcz, destaca, em sua obra “O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil”, o quanto a *intelligentsia* local buscava, entre o fim do século XIX e o início do século XX, utilizar dos seus altos cargos políticos e administrativos para apresentar, através das instituições, as concepções científicas da época, influenciadas principalmente pelo positivismo e o darwinismo social.

(...) Assim, o que se pretende demonstrar é que esses intelectuais da ciência, a despeito de sua origem social, procuravam legitimar ou respaldar cientificamente suas posições nas instituições de saber de que participavam e por meio delas.

(...)

Teorias como o evolucionismo social, o positivismo, o naturalismo e o social-darwinismo, “um cinematographo em ismos” (Romero, 1911), começam a se difundir a partir dos anos 70, tendo como horizonte de referência o debate sobre os fundamentos de uma cultura nacional em oposição aos legados metropolitanos e à origem colonial (SCHAWARCZ, 1993, pp. 26 e 28).

Dessa forma, estigmas sociais e estereótipos negativos formados institucionalmente sobre pessoas negras desembocam, por exemplo, em uma maior probabilidade de repressão e encarceramento destas frente o mesmo delito cometido por pessoas brancas, em situação semelhante ou até menos gravosa¹⁹.

Os modos de operação discriminatórios institucionais, públicos e privados, do ponto de vista histórico, tornaram-se procedimentos puramente silenciosos, impessoais e técnicos (MBEMBE, 2018, p. 21), e mais, mediante a legitimidade concedida na modernidade a essas organizações, seus atos passam a gozar de uma respeitável

¹⁹ Disponível em <<https://exame.abril.com.br/brasil/negros-sao-mais-condenados-por-trafico-e-com-menos-drogas-em-sao-paulo/>> - Acesso em 29/11/2019.

irrefutabilidade por grande parte de sociedade, contexto que só dificulta a percepção dessa modalidade de discriminação racial.

Nesse caminho, os cientistas políticos Charles V. Hamilton e Kwame Ture, por meio da clássica obra *“Black Power: Politics of Liberation in America”*, publicada originalmente em 1967, pioneira ao interligar o racismo à adjetivação “institucional”, traz um exemplo taxativo sobre esse novo marco de análise:

Quando terroristas brancos bombardeiam uma igreja negra e matam cinco crianças negras, isso é um ato de racismo individual, amplamente deplorado pela maioria dos segmentos da sociedade. Mas quando na mesma cidade - Birmingham, Alabama - quinhentos bebês negros morrem a cada ano devido à falta de comida, abrigo e instalações médicas e milhares de outras pessoas são destruídas e mutiladas fisicamente, emocionalmente e intelectualmente por causa das condições de pobreza e discriminação na comunidade negra, essa é a função do racismo institucional (HAMILTON; TURE, 1992, p. 20, tradução minha).

Nesta toada, as instituições conseguem, através da grande parcela de poder exercida, não apenas estabelecer atos discriminatórios difusos na sociedade, também os tornam sempre variáveis, com novas roupagens, a fim de proporcionar a manutenção dos privilégios do grupo dominante.

O efeito disso é que o racismo pode ter sua forma alterada pela ação ou pela omissão dos poderes institucionais – Estado, escola etc. -, que podem tanto modificar a atuação dos mecanismos discriminatórios, como também estabelecer novos significados para a raça, inclusive atribuindo certas vantagens sociais a membros de grupos raciais historicamente discriminados (ALMEIDA, 2019, p. 41).

Outrossim, a obra *“Pensando como um Negro: Ensaio de Hermenêutica Jurídica”*, publicada em 2019, do jurista Adilson José Moreira, traz uma importante crítica sobre o tratamento dado pelo “projeto racial brasileiro” quando desenvolve meios

de erradicação da discriminação institucional. Nessa toada, aponta a ênfase dada às normas penais como o único instrumento de inibição de atos racistas, ao mesmo tempo em que se nega a discuti-los no âmbito do Direito Público, por exemplo, responsável justamente pelos estudos das instituições.

O tipo de epistemologia social presente no “humanismo racial brasileiro” classifica o racismo como algo que existe apenas no plano individual: ele não possui um caráter sistêmico. Por esse motivo, ele não teria relevância no Brasil porque possíveis atos racistas, se existirem, podem ser corrigidos pelas normas penais. É curioso então que o projeto racial brasileiro reconheça a relevância do racismo no âmbito penal, mas nega a sua importância no campo do Direito Público (MOREIRA, 2019, p. 202).

Nesse sentido, um possível caminho e já em aplicação para a virada dessa “epistemologia social” dar-se-á por meio da difusão de ações afirmativas, estas que não almejam apenas a reparação histórica, distribuição de recursos materiais, ou ainda um reconhecimento identitário, possibilitam também a construção de uma nova visão sobre os grupos minoritários, principalmente por esses passarem a fazer parte das instituições e dos seus cargos de comando, movimento que permite impulsionar o combate à discriminação institucional (intergeracional).

Embora todas as pessoas possam criar estereótipos sobre membros de outros grupos, os membros do grupo dominante estão em uma situação diferenciada em função do poder que possuem de criar, disseminar e moldar o funcionamento das instituições a partir de estigmas (MOREIRA, 2019, p. 62).

3.5 Concepções interseccionais e multidimensionais do racismo: o entrelaçamento das relações de poder e as hierarquizações sociais

A concepção interseccional surge em um momento teórico no qual passa-se a ser questionada a influência de uma única forma de poder atuante sobre um processo de exclusão. Assim, Michel Foucault, por meio de sua obra “Microfísica do Poder”, destacou que as relações de poder não estão em um lugar especial e específico, mas estão por toda a sociedade, como uma verdadeira “rede produtiva” (FOUCAULT, 2008, p. 04).

Não existe algo unitário e global chamado poder, mas unicamente formas díspares, heterogêneas, em constante transformação. O poder não é um objeto natural, uma coisa; é uma prática social e, como tal, constituída historicamente (FOUCAULT, 2008, p. X).

Desse modo, pode-se afirmar, como demonstrativo disso, que mecanismos de sujeição como a sexualidade e a raça são utilizadas não apenas como verdadeiras vertentes do poder disciplinar, mas como um mecanismo produtor da sociedade - uma estratégia biopolítica.

Estas teorias relacionavam raça a gênero, defendendo que as raças inferiores seriam o equivalente ao feminino na espécie humana, enquanto as mulheres seriam relacionadas às raças inferiores no paralelo do gênero. Assim, negros e mulheres eram vistos como ameaças à ordem e à normalidade, e, por isso, sobre eles deveria recair um controle e disciplinamento. Este controle intersecciona a disciplina dos corpos e a normalização das populações (BAGGIO; RESADORI; GONÇALVES, 2018, p. 1.848).

Todavia, dentro dos regimes coloniais, nos quais se inclui o passado socio-histórico brasileiro, não se pode dizer que essa estratégia biopolítica dar-se-ia unicamente como medida de proteção da vida, mas também como uma patente política da morte²⁰ (MBEMBE, 2019, pp. 05-06).

²⁰ Segundo Achille Mbembe (2019, p. 11) em sua obra “Necropolítica”, foi diante da necessidade de analisar o morticínio negro na atualidade, que a morte passa a ser utilizada como tema central da sua

Se as relações entre a vida e a morte, a política de crueldade e os símbolos do abuso tendem a se embaralhar no sistema de *plantation*, é interessante notar que é nas colônias e sob o regime do *apartheid* que surge uma forma peculiar de terror. A característica mais original dessa formação de terror é a concatenação entre o biopoder, o estado de exceção e o estado de sítio. A raça é, mais uma vez, crucial para esse encadeamento (MBEMBE, 2019, pp. 30-31).

Dessa maneira, é no bojo dessa dualidade vida-e-morte, que por um lado buscava-se a construção de uma população nacional cada vez mais embraquecida, enquanto, paralelamente, por outro lado, produzia-se o genocídio da população negra.

O processo de miscigenação, fundamentado na exploração sexual da mulher negra, foi erguido como um fenômeno de puro e simples genocídio. O “problema” seria resolvido pela eliminação da população afrodescendente. Com o crescimento da população mulata, a raça negra iria desaparecendo sob a coação do progressivo clareamento da população do país (NASCIMENTO, 2017, p. 84).

Nesta toada, é sobre o filtro da interseccionalidade que o racismo e o machismo, passam a ser vistos não apenas como processos que se afastam do ideal de tratamento igualitário, mas sim, como verdadeiros e diversos projetos de dominação, formadores de várias hierarquizações sociais.

Para além de se relacionarem, o racismo e o sexismo se utilizam das mesmas estruturas de pensamento e de discurso, reproduzindo relações de poder que se justificam na natureza, fundamentando-se nas diferenças fenotípicas. Os dois fenômenos também relacionam a realidade social com a corporal, inscrevendo a cultura nos corpos e

análise, justamente como contraponto ao conceito de “Biopoder” apresentado por Michel Foucault, no qual a relação entre o domínio da vida e o poder é esmiuçada.

assim, naturalizando-a como algo dado, imutável (BAGGIO; RESADORI; GONÇALVES, 2018, p. 1.849).

A Teoria da Interseccionalidade, segundo Moreira (2017, p. 110), surge a partir do importante papel de diversas mulheres, feministas negras que começaram a contestar os papéis exercidos por elas na luta antirracista, já que os líderes dos movimentos negros eram quase todos homens. Ademais, percebia-se a existência de um grande silêncio nesses espaços quanto às especificidades da condição feminina na sociedade.

A interseccionalidade inicia um processo de descoberta, nos alertando para o fato de que o mundo a nossa volta é sempre mais complicado e contraditório do que nós poderíamos antecipar. [...] Ela não provê orientações estanques e fixas para fazer a investigação feminista. [...] Ao invés disso, ela estimula nossa criatividade para olhar para novas e frequentemente não-ortodoxas formas de fazer análises feministas. A interseccionalidade não produz uma camisa-de-forças normativa para monitorar a investigação [...] na busca de uma 'linha correta'. Ao invés disso, encoraja a cada acadêmica feminista a se envolver criticamente com suas próprias hipóteses seguindo os interesses de uma investigação feminista reflexiva, crítica e responsável (DAVIS, 2008, p. 79).

Portanto, o objeto central dessa teoria é a constatação e a averbação de que deve se dar uma atenção específica para as formas opressivas que coagem e formatam o sujeito singularizado. Isso significa visualizar que embora o homem negro seja marginalizado pelo viés racial, a situação das mulheres negras se compõe por um processo de dupla marginalização que a coloca em uma situação diversa, visto que contornar apenas o racismo não possibilita a sua emancipação social.

Em geral, a unidade na luta das mulheres em nossas sociedades não depende apenas da nossa capacidade de superar as desigualdades geradas pela histórica hegemonia masculina, mas exige, também, a

superação de ideologias complementares desse sistema de opressão, como é o caso do racismo. O racismo estabelece a inferioridade social dos segmentos negros da população em geral e das mulheres negras em particular, operando ademais como fator de divisão na luta das mulheres pelos privilégios que se instituem para as mulheres brancas (CARNEIRO, 2003, p. 02).

A escritora Grada Kilomba, em uma das suas palestras²¹ expõe uma anedota que sintetiza essa dimensão sobreposicional das opressões – “uma mulher negra diz que ela é uma mulher negra. Uma mulher branca diz que ela é uma mulher. Um homem branco diz que é uma pessoa”.

Dessa maneira, pode-se concluir que como os grupos dominantes têm o poder simbólico de construir seus traços culturais como regras universais, eles podem viver sem se preocupar com a raça ou o gênero, já que são eles a regra universal sobre a qual todos os outros grupos são julgados.

Ademais, é por enxergar as práticas discriminatórias muito além das práticas binárias, como visualizado pelos estudos da discriminação direta e indireta, que a teoria da interseccionalidade parte do pressuposto de que a luta contra a discriminação deve se dar e se robustecer através da consideração das diversas formas de exclusão.

Nessa toada, o já citado filósofo Frantz Fanon, escreveu em texto publicado originalmente em 1965, no nascedouro da concepção interseccional da discriminação, o fato do racismo ser uma das várias ferramentas de exclusão e opressão atuantes sobre os sujeitos simultaneamente – “O racismo, como foi observado, não é mais do que um elemento de um conjunto mais vasto: a opressão sistemática de um povo (2018, p. 40)”.

Por conseguinte, é sobre o prisma da teoria da interseccionalidade que se pode pensar na necessidade de a concepção de *identidade* tornar um tema central na jurisprudência brasileira, ao visualizar os indivíduos a partir das várias posições que eles ocupam dentro da diversificada e desigual realidade social.

Nessa toada, apesar dessa concepção ter sacramentado um importante papel no estudo dos sistemas discriminatórios, a sua construção teórica, muito em razão do seu

²¹ Disponível em <https://mitsp.org/2016/em-palestra-performance-grada-kilomba-desfaz-a-ideia-de-conhecimento-universal/> Acesso em 26/11/2018

nascimento no bojo do movimento feminista negro, restringia-se quase que exclusivamente aos sistemas opressivos que atuavam por meio da discriminação fundada na raça e no gênero. Assim, é que surge a Concepção Multidimensional do racismo, com o objetivo de propor e alargar o estudo sobre os diferentes vetores de discriminação, relativamente quanto a existência das minorias dentro das minorias.

O sujeito humano deve ser visto a partir das várias posições que ele ocupa dentro da realidade social. Aqueles que são discriminados em função da orientação sexual podem também ser oprimidos por causa da identidade racial, o que gera a exclusão econômica. A racialização da sexualidade e a sexualização da raça provocam desigualdades de status cultural e de status material que atingem heterossexuais e homossexuais dentro da comunidade negra (MOREIRA, 2017, p. 115).

É sobre essa concepção multidimensional que se faz importante reconhecer o novo paradigma trazido pela Carta Magna de 1988, que não apenas consagrou o direito à não-discriminação no *caput* do art. 5º²², mas exigiu primordialmente uma verdadeira conduta ativa e combativa contra o racismo quando estabeleceu como objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, em seu art. 3º, incisos III e IV, “a erradicação da marginalização” e “a promoção do bem de todos, sem quaisquer forma de discriminação”.

Portanto, pode-se dizer que a Carta Magna de 1988 apresentou não apenas a igualdade e o equilíbrio, de modo que não é unicamente balança. É também espada. É antirracista. Isso significa que políticas destinadas à promoção da integração entre grupos que utilizem apenas um elemento de exclusão, jamais alcançará essa emancipação plena.

A convergência do racismo e do sexismo, do racismo e da homofobia, atua como um multiplicador de subordinações que impedem a ação autônoma do indivíduo em diferentes frentes; sua experiência

²² *In verbis*: “Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes”.

institucional e subjetiva é distinta da de outros membros do seu grupo que são afetados apenas pela questão da raça (MOREIRA, 2019, p. 85).

Mas não apenas, esse novo paradigma constitucional dito antirracista suplica também pela construção e estruturação de uma nova hermenêutica capaz de identificar as maneiras a partir das quais as relações de poder determinam a experiência social dos indivíduos dentro das hierarquizações sociais.

O jurista que pensa como um negro deve estar atento aos procedimentos destinados a manter hierarquias sociais. Segundo, o processo hermenêutico precisa estar ciente da necessidade de correção dos danos causados às minorias raciais, danos que ainda impedem a integração social dos membros desse grupo. A hermenêutica Negra precisa considerar a legalidade de uma norma ou prática dentro do contexto histórico no qual os membros de um determinado grupo estão situados. Terceiro, o jurista que pensa como um negro precisa ainda levar em consideração as possibilidades que o Direito pode ter em combater os estigmas decorrentes dos processos de marginalização (MOREIRA, 2019, p. 272).

Finalmente, compreender a interseccionalidade e a multidimensionalidade significa visualizar o princípio da igualdade muito além da perspectiva tradicional formalista, visto que segundo ambas, os indivíduos estão posicionados em diferentes locais nas relações sociais, o que torna a interpretação da igualdade como tratamento simétrico em situações de desigualdade uma conduta desalinhada com os propósitos constitucionais²³.

É preciso considerar, em primeiro lugar, que a interpretação tradicional da igualdade a partir de um único fator de comparação parte do

²³ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3300-1, Órgão Julgador: Tribunal Pleno, Relator: Carlos Ayres Britto. Data: 21/03/2013 [classificou a igualdade constitucional como um princípio que pretende garantir a igualdade proporcional entre grupos por meio de medidas que reconhecem as disparidades reais entre eles, o que torna a interpretação da igualdade como um princípio que exige o tratamento simétrico em todas as situações inadequado].

pressuposto de que indivíduos possuem uma experiência social unificada, o que permite tratá-los a partir da noção de simetria. Essa perspectiva mostra-se problemática porque eles possuem uma pluralidade de identidades, o que torna a comparação um elemento inadequado para tratar pessoas que estão em situações estruturalmente diferentes (MOREIRA, 2017, p. 116).

3.6 Concepção estrutural do racismo: o lugar da raça na estruturação da sociedade

Segundo a concepção institucional do racismo, padrões, condutas e a imposição de determinados critérios são mecanismos utilizados pelo grupo dominante com o objetivo de resguardar um sistema de manutenção de privilégios, por um lado, e a exclusão e a subordinação, por outro lado.

Ocorre que, as instituições não podem ser analisadas como organizações autônomas e afastadas da ordem social na qual faz parte, é dizer: “as instituições são racistas porque a sociedade é racista” (ALMEIDA, 2019, p. 47).

O racismo estrutural corresponde a um sistema de opressão cuja ação transcende a mera formatação das instituições, eis que perpassa desde a apreensão estética até todo e qualquer espaço nos âmbitos público e privado, haja vista ser estruturante das relações sociais e, portanto, estar na configuração da sociedade, sendo por ela naturalizado. Por corresponder a uma estrutura, é fundamental destacar que o racismo não está apenas no plano da consciência – a estrutura é intrínseca ao inconsciente. Ele transcende o âmbito institucional, pois está na essência da sociedade e, assim, é apropriado para manter, reproduzir e recriar desigualdades e privilégios, revelando-se como mecanismo colocado para perpetuar o atual estado das coisas (BERSANI, 2018, p. 193).

É dessa breve introdução que um novo questionamento se apresenta – se a concepção do racismo institucional restringe o seu estudo às instituições, onde estaria a “raiz” do racismo na sociedade, de onde ela vem, ramifica-se, e para onde vai?

O percurso teórico até aqui construído, com o auxílio dos referenciais analisados, possibilita que se estabeleça uma reflexão sobre o racismo estrutural em si. Conforme as teorias anteriores, o racismo, em maior ou menor parte, é visualizado como uma prática discriminatória, que em certa medida transparece a ideia de um funcionamento inadequado ou desigual das sociedades democráticas, isto é, seria uma “anomalia indesejada”.

Todavia, é através do espectro de ser o racismo uma decorrência, e ao mesmo tempo, formador da estrutura social, que sobressai o fato de ser este o modo “normal” ou “normalizado” de funcionamento do quadro social, no qual as relações econômicas, sociais, políticas e jurídicas estão assentadas.

Um sistema dotado, sobretudo, de racionalidade, concepção que permite estudá-lo muito além do senso comum de ser o racismo o resultado de práticas comportamentais, nas quais sujeitos racistas são adjetivados como “ignorantes” ou “desrespeitosos”.

Em resumo: o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção (ALMEIDA, 2019, p. 50).

Analisar o racismo por meio da ênfase estrutural não significa excluir a visão quanto à atuação dos sujeitos racistas e à estigmatização do sujeitos racializados, nem tão pouco dirimir a existência do seu enfrentamento, através de políticas institucionais antirracistas ou da punição de atos discriminatórios diretos.

Significa que deve-se desconstituir as análises superficiais e simplistas sobre a questão racial, significa que analisar o racismo como “estrutura”, apesar de não formar

um álibi para os sujeitos racistas, permite concluir que a responsabilização jurídica não é suficiente para que a sociedade deixe de ser uma “máquina produtora da desigualdade racial” (ALMEIDA, 2019, p. 51). Isso porque, não é apenas prática opressiva e exclusiva do poder soberano, é também biopoder, é subjugação da população negra a partir de difusas tecnologias.

O racismo, portanto, não é apenas o desprezo de uma raça por outra, também não é uma operação ideológica em que o Estado transfere para um adversário as hostilidades que estariam dirigidas a ele. É muito mais profundo e complexo do que isso, está ligado a um mecanismo que permite o funcionamento do biopoder, ao mesmo tempo em que permite ao Estado moderno exercer seu poder soberano (BAGGIO; RESADORI; GONÇALVES, 2018, p. 1.841).

O racismo é uma tecnologia do poder, e para Foucault, junto com a raça são

[...] a condição de aceitabilidade de tirar a vida numa sociedade de normalização. Quando vocês têm uma sociedade de normalização, quando vocês têm um poder que é, ao menos e toda a sua superfície e em primeira instância, em primeira linha, um biopoder, pois bem, o racismo é indispensável como condição para tirar a vida de alguém, para poder tirar a vida dos outros. A função assassina do Estado só pode ser assegurada, desde que o Estado funcione no modo de biopoder, pelo racismo.

[...] a justaposição, ou melhor, o funcionamento, através do biopoder, do velho poder soberano do direito de morte implica o funcionamento, a introdução e a ativação do racismo (FOUCAULT, 2010, pp. 215 e 218).

Nesse sentido, é sobre o filtro estrutural que a história (no caso brasileiro, mais precisamente a da escravidão) fornece explicações sobre a “estranha” ausência de pessoas negras em determinados locais e a sua predominância demasiada em outras posições sociais. O racismo, de acordo com o filósofo e jurista Silvio de Almeida (2019,

p. 56), em sua obra “Racismo Estrutural”, é um processo histórico, e esse processo não é originário do acaso, mas de projetos políticos.

A Abolição não mudou qualitativamente a estrutura da sociedade brasileira. Substituiu o senhor de escravos pelo fazendeiro de café, sendo que os últimos tomaram o lugar dos primeiros como seus herdeiros diretos e continuadores, cristalizando-se, por outro lado, as oligarquias regionais do Nordeste e Norte também apoiadas no monopólio da terra, como os antigos senhores de escravos (MOURA, 2014, pp. 116-117).

Nesse caminho, dizer que o racismo é o funcionamento “normal” das sociedades, não é pressupor a sua aceitação, mas constatar o seu papel formador das relações de maneira intergeracional (MOREIRA, 2017, p. 138).

A discriminação estrutural ocorre quando a acumulação de desvantagens sociais causadas por diversas formas de discriminação concorre para a estratificação, o que coloca certos grupos em uma situação de subordinação durável ou permanente. Os autores que formularam o conceito de discriminação como um ato de discriminação estrutural afastam-se de uma compreensão da discriminação como um ato de natureza psicológica e individual; eles enfatizam os processos que convergem para gerar diferentes formas de desvantagens materiais (MOREIRA, 2017, p. 136).

A discriminação estrutural se legitima a partir de ideologias sociais racializantes, de narrativas que convivem harmoniosamente com o racismo em sociedades dita “multiculturais e plurais” – o racismo já não ousa se apresentar sem disfarces (ALMEIDA, 2019, p. 72).

A verdade é que o rigor do sistema torna supérflua a afirmação diária duma superioridade. A necessidade de apelar para vários graus de apoio e aprovação, para a cooperação dos nativos, modificou as

relações numa direção menos crua, mais sutil, mais “cultivada”. Não é raro, de fato, ver nesta etapa uma ideologia “democrática e humana”. O empreendimento comercial da escravidão, da destruição cultural, progressivamente dá caminho à mistificação verbal (FANON, 1964 *apud* NASCIMENTO, 2016, p. 149).

Essa construção discursiva é parte da dimensão política do racismo, cuja alimentação e a retroalimentação passa a ser papel do Estado, das escolas e universidades, dos meios de comunicação de massa.

Da mesma forma, o imaginário em torno do negro criminoso representado nas novelas e nos meios de comunicação não poderia se sustentar sem um sistema de justiça seletivo, sem a criminalização da pobreza e sem a chamada “guerra às drogas”, que na realidade, é uma guerra contra os pobres e, particularmente, contra as populações negras (ALMEIDA, 2019, p. 66).

Ademais, se as ideologias têm um papel fundamental na legitimação do racismo, a ciência e as suas teorias ocupam igual espaço. Conforme aponta a antropóloga e professora Lilia Schwarcz (1993, p. 156), foi no curso de Direito da Faculdade do Recife, liderada pelo sergipano Silvio Romero, nas faculdades de medicina e nos institutos históricos e geográficos que, pouco a pouco, os modelos deterministas biológicos e etnográficos, através da separação da sociedade em espécies e subespécies ganhavam destaque no meio científico, e em decorrência do “discurso de autoridade” produzido por ele, difundiam-se tais ideias rapidamente no corpo social.

Critério “objetivo de análise”, o “método antropológico” trazia para esses intelectuais uma série de certezas não apenas sobre o indivíduo como também acerca da nação. “a nação mestiça é uma nação invadida por criminosos”, dizia o artigo de Laurindo Leão, buscando fazer a ligação entre tais teorias e a realidade nacional. “Somos o que somos será porque sejamos uma sub-raça, um país de mestiços, uma fusão de elementos ethnicos inferiores ou porque sejamos uma nacionalidade em

vias de formação o que explica o estado de delinquência social do povo brasileiro?” (SCHWARCZ, 1993, p. 167).

Enquanto isso, Nina Rodrigues, psiquiatra do estado da Bahia, iniciou o que veio a ser conhecido como estudos científicos sobre o africano-brasileiro, influenciado pelas atividades científicas e os padrões de julgamento europeus (NASCIMENTO, 2016, p. 81).

Os trabalhos que deixou tipificam a visão prevalecente na época a respeito da África e da raça negra: Para a ciência, não é esta inferioridade mais do que um fenômeno de ordem perfeitamente natural. O que explicaria, segundo o cientista, “esta verdade – que até hoje não se puderam os negros constituir povos civilizados”. Consequentemente, ele prossegue, “A raça negra no Brasil [...] há de construir sempre um dos fatores da nossa inferioridade como povo” (NASCIMENTO, 2016, p. 82).

Desse modo, se a escalada do racismo passou a postular, entre o fim do século XIX e o século XX, a variante científica como requisito legitimador de práticas racistas, o racismo no século XXI, é reconstruído a partir de outras essencializações, culturais, ideológicas, históricas e sacramentado por meio da exclusão econômica, da ausência de representação política e da marginalização cultural.

É o racismo estrutural, portanto, que permite a naturalização de sistemas discriminatórios, que permite a “conformação das almas” à extrema violência que populações inteiras são submetidas, na qual a maioria étnica, quase sempre é negra, que se conviva com áreas inteiras sem saneamento básico, que se exterminem milhares de jovens negros todos anos (ALMEIDA, 2019, p. 123).

Nesta toada, o “Grupo de Trabalho das Nações Unidas sobre Afrodescendentes”, em 13/12/2013, divulgou um relatório acerca da visita oficial feita ao Brasil durante o período de 03 a 13 de dezembro daquele ano.

Os resultados espancam quaisquer dúvidas sobre a existência ou não do racismo na sociedade brasileira (questionamento frequentemente levantado pelos

defensores da democracia racial), bem como resume parte dos mecanismos discriminatórios que formam a concepção estrutural do racismo.

Os afro-brasileiros constituem mais da metade da população brasileira, no entanto, são sub-representados e invisíveis na maioria das estruturas de poder, nos meios de comunicação e no setor privado. Esta situação tem origem na discriminação estrutural, que se baseia em mecanismos históricos de exclusão e estereótipos negativos, reforçados pela pobreza, marginalização política, econômica, social e cultural.

Embora o Brasil tenha avançado na redução da pobreza, da pobreza extrema e das taxas de desigualdade, processo do qual os afro-brasileiros se beneficiaram, constatamos que ainda há um grande contraste entre a precariedade da situação dos negros brasileiros e o elevado crescimento econômico do país. Os afro-brasileiros não serão integralmente considerados como cidadãos plenos sem uma justa distribuição do poder econômico, político e cultural²⁴.

4 A LEI CARLOS CAÓ (Nº 7.716/89): A APOSTA NA SANÇÃO PENAL QUANTO AO COMBATE DO RACISMO

A Lei Carlos Caó²⁵, promulgada em 05 de janeiro de 1989, é apresentada por alguns estudiosos, à exemplo de Garavito; Días (2015, p. 68), como o resultado de um cenário latino-americano que aposta na sanção penal como principal ferramenta de combate ao racismo - um efeito muito mais simbólico do que instrumental.

Responsável por criminalizar o racismo, visto que a Lei Afonso Arinos (nº 1.390/51), primeira norma contra a discriminação racial no Brasil, o enquadrava como contravenção penal, a Lei Carlos Caó apresentava-se como a esperança de que o endurecimento das penas possibilitaria a passagem da “simbolicidade” do diploma anterior para a “instrumentalidade”, para a efetividade (GARAVITO; DÍAS, 2015, p. 43).

²⁴ Organização das Nações Unidas. Grupo de Trabalho das Nações Unidas sobre Afrodescendentes. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/grupo-de-trabalho-da-onu-sobre-afrodescendentes-divulga-comunicado-final/>>. Acesso em: 27 dez. 2019.

²⁵ Nomeada assim em razão do autor do seu projeto chamar-se Carlos Alberto Caó de Oliveira.

Esse diploma normativo compõe-se de 22 (vinte e dois) artigos, nos quais em 19 (dezenove) deles há um delimitado rol de práticas racistas passíveis de sanção penal, sendo que 12 (doze) artigos deste restringem-se a criminalizar o ato de impedir o ingresso a determinado local, impedir a liberdade de locomoção. Nesse último recorte chama à atenção a ausência de tecnicidade em sua redação, ao tentar enumerar diversos ambientes nos quais negros não poderiam ter a sua entrada impedida, como se ao fim das contas, houvesse ainda locais em que lhe negar o ingresso, em razão da sua cor, fosse possível.

Vejamos:

Art. 5º Recusar ou impedir acesso a **estabelecimento comercial**, negando-se a servir, atender ou receber cliente ou comprador.

(...)

Art. 6º Recusar, negar ou impedir a inscrição ou ingresso de aluno em **estabelecimento de ensino público ou privado** de qualquer grau.

(...)

Art. 7º Impedir o acesso ou recusar hospedagem em **hotel, pensão, estalagem**, ou qualquer **estabelecimento similar**.

(...)

Art. 8º Impedir o acesso ou recusar atendimento em **restaurantes, bares, confeitarias**, ou **locais semelhantes abertos ao público**.

(...)

Art. 9º Impedir o acesso ou recusar atendimento em **estabelecimentos esportivos, casas de diversões**, ou **clubes sociais abertos ao público**.

(...)

Art. 10. Impedir o acesso ou recusar atendimento em **salões de cabeleireiros, barbearias, termas ou casas de massagem ou estabelecimento com as mesmas finalidades**.

(...)

Art. 11. Impedir o acesso às entradas sociais em **edifícios públicos ou residenciais e elevadores** ou **escada de acesso aos mesmos**.

(...)

Art. 12. Impedir o **acesso ou uso de transportes públicos**, como **aviões, navios barcas, barcos, ônibus, trens, metrô ou qualquer outro meio de transporte concedido**.

(...)

Art. 13. Impedir ou obstar o acesso de alguém ao serviço em qualquer ramo das **Forças Armadas**.

(...)

Art. 14. Impedir ou obstar, por qualquer meio ou forma, **o casamento ou convivência familiar e social**. (sem grifos no original)

Recentemente, também coube ao Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010), incluir normas que punem aquele que recuse o acesso a cargos na administração pública e privada, utilizando-se do aspecto racial, como aspecto valorativo.

Ademais, fato curioso é que durante os dez primeiros anos de vigência da Lei Carlos Caó, houve apenas três condenações por racismo, sendo que os tribunais de máxima instância (Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça), nesse mesmo período, não tinham julgado uma ação sequer²⁶ (GARAVITO; DÍAS, 2015, p. 70).

A partir das concepções de racismo aqui apresentadas, retomando-as: concepção direta e indireta; inconsciente; cultural; institucional; interseccional e multidimensional; e por fim, estrutural, resta evidente que a Lei Carlos Caó criminaliza, e mesmo assim parcialmente, a concepção direta do racismo, esta que segundo Moreira (2017, p. 97), faz parte da primeira geração das teorias da discriminação.

O conceito de discriminação direta pressupõe que as pessoas são discriminadas a partir de único vetor e também que a imposição de um tratamento desvantajoso requer a existência de intenção de discriminar.

²⁶ Neste ponto da presente investigação duas profundas indagações surgiram, estas que embora não possam aqui ser desenvolvidas, por não fazerem parte do escopo desse trabalho, merecem ser registradas: 1- Como uma legislação antirracista pode alcançar a diversidade e o caráter sistêmico/estrutural do racismo na modernidade?; 2- Até que ponto a escolha das sanções penais como principal ferramenta no combate ao racismo não esbarra na reafirmação da manutenção da questão racial como uma estratégia biopolítica de controle?.

Portanto, considerações sobre o contexto social não devem ter relevância, uma vez que ele a está focada na situação atual dos sujeitos sociais concretos.

[...] O conceito parece sugerir que a solução para o problema depende da restauração da situação anterior ao ato discriminatório, o que possibilitaria a manutenção da justiça simétrica entre as partes envolvidas (MOREIRA, 2017, pp. 99 e 102).

As inferências acima esboçadas, mais do que fornecerem respostas conclusivas, ao fim, bifurcaram-se, na verdade, em uma mais específica indagação: qual o limite do campo de atuação do direito penal no combate ao racismo?

Mesmo diante da função “normalizante” cumprida pelo direito ao longo da história, 18 dos 19 Estados da América Latina utilizaram o ordenamento jurídico penal para sancionar os crimes decorrentes da diferenciação da cor da pele, em uma onda de reconhecimento de que o racismo é um fenômeno a ser combatido na região. Contudo, a simbologia da letra da lei tem superado a eficácia prática dessas legislações (BAGGIO; RESADORI; GONÇALVES, 2018, p. 1.859).

A hipótese inicial da presente investigação seria a de que embora essas legislações antirracistas tivessem uma natureza aparentemente progressista, a efetividade delas estariam comprometidas em função de uma compreensão limitada do que seriam práticas racistas na atualidade.

Parcialmente, esse pressuposto manteve-se até o fim, visto que após a revisão bibliográfica elaborada, chega-se à conclusão de que sim, legisladores nacionais e operadores do direito possuem uma noção muito restrita e reducionista do racismo, ao se chegar a mesma conclusão verificada por Moreira (2017, p. 20).

Nesta toada, seria dessa “epistemologia nacional” de classificar o racismo como algo presente no plano meramente comportamental e individual, que em razão disso,

um possível discurso se construiria da seguinte forma: “práticas racistas, se existirem²⁷, poderão ser corrigidas por normas penais”. Negligencia-se dispositivos sociais, políticos, econômicos e jurídicos que sustentam a discriminação racial estrutural.

[...] E como a responsabilidade penal é individual, o foco está no suposto autor, ao invés dos padrões estruturais (sociais, políticos e legais) que apoiam a desigualdade racial. Dessa forma, a pessoa que é acusada de racismo é vista como um caso isolado da situação global, o que acaba por adiar a avaliação mais geral das formas da discriminação na sociedade. Como esta ferramenta mantém intacta a hierarquia racial e o mito da democracia racial, pois a sanção mostra que é um problema que apenas algumas pessoas na sociedade têm, desconhece-se a responsabilidade coletiva na manutenção da estrutura (GARAVITO; DÍAS, 2015, p. 92, tradução minha).

Todavia, ao aprofundar a análise do racismo como um fenômeno estrutural, no qual o próprio Direito faz parte da mesma estruturação social que reproduz o racismo como prática política e como ideologia, até que ponto ocorreria por meio dele a reversão de uma sociedade racista?

Neste caminho, Roberta Baggio, Alice Resadori e Vanessa Gonçalves, no artigo científico “Raça e Biopolítica na América Latina: os limites do direito penal no enfrentamento ao racismo estrutural”, publicado na revista *Direito e Praxis*, tomam tais conclusões:

Diante desse quadro, ao refletir sobre os limites do direito penal ante sua ineficiência e de seu alcance individual e seletivo, o presente artigo considera a sua impossibilidade concreta de romper com as lógicas sociais, jurídicas, políticas e culturais que estabelecem e reforçam o racismo enraizado nas práticas sociais e institucionais das sociedades latino-americanas (BAGGIO; RESADORI; GONÇALVES, 2018, p. 1.859).

²⁷ Diria a teoria da democracia racial brasileira.

Neste viés, apesar de existir uma concordância com a conclusão trazida pelas autoras, poderia se dizer que seria dessa impossibilidade concreta de romper com o caráter sistêmico do racismo que seria o sistema penal inútil quanto ao combate do racismo?

Talvez, a melhor interpretação para conclusão reproduzida acima, seja, na verdade, que problemas estruturais suplicam correções estruturais, fato que desagua na inviabilidade do sistema penal vencer solitariamente a luta contra o racismo, mas não na sua completa “inutilidade”.

Situação identificada pelo advogado, rábula, Luiz Gama, conforme averba Almeida (2019, pp. 148-149) - “É importante reiterar que Luiz Gama não partilhava que o direito era o reino da salvação; era apenas umas das armas que, na luta pela liberdade, poderiam e deveriam ser utilizadas contra os senhores”.

Isso porque, além da Constituição Federal de 1988 trazer em seu bojo um novo paradigma – o do antirracismo, completamente diverso, por exemplo, da defesa de práticas eugênicas presentes expressamente na Constituição Federal de 1937; não há dúvidas que por mais simbólico que seja, é majoritariamente nos estudos criminológicos e no direito penal que a indiferença teórica sobre a desigualdade racial é remexida, posta em debate (como faz este próprio trabalho), isto é, a consciência do racismo como algo absolutamente “normal” e “corriqueiro” é desnudada.

[...] Porém o uso do termo “estrutura” não significa dizer que o racismo seja uma condição incontornável e que ações e políticas institucionais antirracistas sejam inúteis; ou ainda, que indivíduos que cometam atos discriminatórios não devam ser pessoalmente responsabilizados. Dizer isso seria negar os aspectos social, histórico e político do racismo.

[...] Ainda que os indivíduos que cometam atos racistas sejam responsabilizados, o olhar estrutural sobre as relações raciais nos leva a concluir que a responsabilização jurídica não é suficiente para que a sociedade deixe de ser uma máquina produtora de desigualdade racial (ALMEIDA, 2019, pp. 50-51).

Nessa acepção, Adilson Moreira em seu livro “Pensando como um negro: Ensaio de Hermenêutica Jurídica”, aponta alguns possíveis caminhos dentro do Direito Penal que permitiriam uma maior eficácia da legislação antirracista – como “um olhar pela lógica da vítima” (MOREIRA, 2019, p. 284).

Segundo o autor, muitos juristas partem de uma percepção de que por eles conviverem diariamente com pessoas negras isso impediria que eles venham a nutrir pensamentos racistas quando do tratamento de um crime de racismo. Além disso, vários deles partem da premissa, consciente ou inconsciente, de que a condenação de sujeitos por crimes raciais poderia comprometer a imagem coletiva de pessoas brancas, ou ainda, um ideal de multiculturalismo existente na sociedade.

Por esse motivo, o jurista que pensa como um negro deve analisar os crimes raciais não a partir da significação deles para as pessoas brancas, mas a partir dos interesses das vítimas. A lógica do opressor utilizada em muitos casos de injúria e racismo concorre para o cultivo de uma cultura da impunidade e para a perpetuação da imagem de pessoas negras como seres que não possuem valor (MOREIRA, 2019, p. 253).

Além disso, é o próprio campo de atuação restrito do Direito Penal no combate ao racismo que indica a necessidade do racismo ser levantado, refletido e aprofundado em outros campos do Direito, como no âmbito do Direito Administrativo, por exemplo, atuação que permitiria uma incisiva simbiose ente a teoria e a práxis, principalmente quando tratado do racismo na concepção institucional.

A política não se resume ao uso da força, como já dissemos. É fundamental que as instituições sociais, especialmente o Estado, sejam capazes de produzir narrativas que acentuem a unidade social, apesar de fraturas como a divisão de classes, o racismo e o sexismo (ALMEIDA, 2019, p. 54).

Ora, não há dúvidas de que enxergar soluções por meio do Direito implica, em parte, afastar a perspectiva segundo o qual o sistema jurídico existe para manter o consenso sobre as formas de organização social e as relações de poder existentes. Significa acreditar minimamente no Direito como um instrumento de transformação social, como algo que pode ter o poder de proteger e afirmar a dignidade do povo negro.

Os que estão compromissados com o aspecto transformativo do Direito devem ter em mente que o princípio da isonomia constitucional pretende promover a igualdade de *status* entre grupos sociais.

[...]Eles não podem perder de vista o fato de que pessoas são discriminadas porque pertencem a certas comunidades, pertencimento que indica uma forma de identidade que determina a vida das pessoas. Assim, a igualdade deve ser voltada para a proteção de grupos sociais, única forma de promovermos uma transformação da nossa nação (MOREIRA, 2019, pp. 286 e 287).

Nesta toada, se o problema é estrutural, a solução também perpassa pelo aspecto estrutural, difuso, compartilhado, sob pena de funcionar como estratégia biopolítica que desemboca na manutenção da raça como sistema opressivo, seja quando a seletividade atua para manter o “primarismo” de uma criminalização meramente simbólica, ou ainda, quando a aplicação seletiva atuante contra o desvelamento do sistema do racismo, ao responsabilizar individualmente condutas “irracionalistas”, sustenta um ideal de resolução exclusiva por meio do Direito Penal (BAGGIO; GONÇALVES; RESADORI, 2018, p. 1.859).

Por fim, o professor, ativista e político Abdias do Nascimento, em sua obra “O Quilombismo”, aponta uma verdadeira solução estrutural contra o racismo, esta que embora transcenda a perspectiva e o restrito campo de atuação deste trabalho, fornece um preciso diagnóstico sobre a complexidade do combate ao racismo, enraizado e fundante da sociedade moderna.

Contexto que implica necessariamente na existência de maiores estudos, debates e produções acadêmicas, não podendo o Direito não tomar uma posição

transformadora e emancipadora, ao ignorar o novo paradigma constitucional, sob pena, de mais uma vez, legitimar práticas legais e um sistema opressivo comprometido com a morte de negros - morte política, morte cultural, morte econômica, um verdadeiro genocídio dos seus corpos e da sua alma.

Os descendentes africanos das Américas terão que estar conscientes que seus problemas não se resolverão com pequenas modificações ou reformas de natureza tópica, senão que se necessitará de uma mudança estrutural básica da sociedade e do sistema econômico político-vigente. Portanto, não nos limitaremos a uma atuação no plano intelectual elitista, senão que nos dirigiremos aos povos trabalhadores, marginalizados, analfabetos, inclusive, a fim de trabalhar com eles rumo a uma verdadeira revolução de caráter econômico, social, político e cultural que não permita nem a exploração, nem o racismo (NASCIMENTO, 1980, p. 37).

5 CONCLUSÃO

A partir da revisão bibliográfica levantada, resta evidente o quanto os novos estudos sobre o racismo averbam ser a sua atuação na modernidade, difusa, ramificada, interseccional, e ao mesmo tempo, camuflada, sutil, encoberta. De outro lado, alguns autores examinados demonstraram o quanto as sanções penais são apresentadas como principal ferramenta de erradicação do racismo, fato que gera uma lacuna imensurável entre o mundo jurídico e a atual estrutura opressiva racial, entre o “não existe mais racismo” e a luta diária de grupos discriminados.

Nesta toada, restou apresentado que uma das razões para isto, dar-se-ia da compreensão do racismo como prática comportamental e individualizada, no qual a aplicação da pena seria capaz de restaurar a situação anterior ao cometimento da discriminação direta, “arbitrária” e “irracional”.

Portanto, seria da exposição, da concentração e da defesa do Direito Penal como principal modo combativo, este que inerentemente não alcança, através da criminalização, práticas coletivas, sistêmicas, inconscientes e estruturais do racismo, que se forma um ideal contexto de perpetuação destas, de manutenção do racismo como estratégia biopolítica.

Contudo, isso não significa que a responsabilização criminal de sujeitos que praticaram atos racistas, seja desnecessária ou desprezível, defender isto seria ignorar importantes lutas do movimento negro nacional e internacional, bem como o papel “simbólico” que o Direito Penal desempenha.

Além de maiores estudos e debates serem necessários quanto a atualização e aperfeiçoamento da Lei Carlos Caó (nº 7.716/89), contexto que, invariavelmente, implica no questionamento quanto ao limite do Direito Penal no enfrentamento do racismo, manifesta-se também, e principalmente, a necessidade de uma diversificação das respostas do combate ao racismo, que em igual sentido ao seu aspecto estrutural, devem ser difusas, sistêmicas e interseccionalizadas.

Em outras palavras, seria da retirada do sistema penal como principal agente combativo e da sua soma a outros campos de atuação e de reflexão sobre o racismo dentro do próprio Direito, que poderá essa ciência, embora não exclusivamente, e

dentro do campo de disputas na qual se encontra, cumprir o seu papel constitucional emancipatório, ser um verdadeiro agente de transformação.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo Estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALVES FILHO, ALUIZIO. *Manoel Bomfim: combate ao racismo, educação popular e democracia radical*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

BAGGIO, Roberta; RESADORI, Vanessa; GONÇALVES, Alice. Raça e Biopolítica na América Latina: os limites do direito penal no enfrentamento ao racismo estrutural. *Rev. Direito Práx.*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 03, p.1834-1862, 2019. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/34237>>. Acesso em 19/12/2019.

BARCELOS, Iuri; DOMENICE, Thiago. Negros são os mais condenados por tráfico e com menos drogas apreendidas. *Exame*. Disponível em <<https://exame.abril.com.br/brasil/negros-sao-mais-condenados-por-trafico-e-com-menos-drogas-em-sao-paulo/>>. Acesso em 31/10/2019.

BERSANI, Humberto. Aportes Teóricos e Reflexões sobre o Racismo Estrutural no Brasil. *Extraprensa*, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 175 – 196, jan./jun. 2018. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/148025>>. Acesso em 23/12/2019.

BETHENCOURT, Francisco. *Racismos: das Cruzadas ao século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3300-1, Órgão Julgador: Tribunal Pleno, Relator: Carlos Ayres Britto. Data: 21/03/2013 [classificou a igualdade constitucional como um princípio que pretende garantir a igualdade proporcional entre grupos por meio de medidas que reconhecem as disparidades reais entre eles, o que torna a interpretação da igualdade como um princípio que exige o tratamento simétrico em todas as situações inadequada].

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 21 dez. 2019.

BRASIL. Decreto 62.150/68, de 19 de janeiro de 1968. Promulga a Convenção nº 111 da OIT sobre discriminação em matéria de emprego e profissão. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 20 jan. 1968. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D62150.htm>. Acesso em: 30 dez. 2019.

BRASIL. Decreto 65.810/68, de 08 de dezembro 1969. Promulga a Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 10 dez. 1969. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D65810.html>. Acesso em: 30 dez. 2019.

BRASIL. Lei 7.716/89, de 05 de janeiro de 1990. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 06 jan. 1989. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm>. Acesso em: 30 dez. 2019.

BRASIL. Lei 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 10 jan. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm>. Acesso em: 29 dez. 2019.

BRASIL. Lei 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 21 jul. 2010. Disponível

em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm >.

Acesso em: 30 dez. 2019.

BRASIL. Lei 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 30 ago. 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm>. Acesso em: 30 dez. 2019

BOMFIM, Manoel. *A América Latina: males da origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.

CARNEIRO, Sueli. "Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero". In: ASHOKA EMPREENDIMENTOS SOCIAIS; TAKANO CIDADANIA (Org.). *Racismos contemporâneos*. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003.

CARNEIRO, Sueli. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CHAUÍ, Marilena. "*Cultura e racismo*". In: Princípios, n. 29, p. 64, 1993.

DAVIS, Kathy. Intersectionality as buzzword, a sociology of science perspective on what makes a feminist theory successful. *Feminist Theory*, vol.9(1), 2008, p. 67-85. Disponível em:

<https://www.researchgate.net/publication/240712458_Intersectionality_as_Buzzword_A_Sociology_of_Science_Perspective_on_What_Makes_a_Feminist_Theory_Successful>. Acesso em 15/12/2019.

ESTADOS UNIDOS. Suprema Corte dos Estados Unidos. *Griggs v. Duke Power Co.*, 401 US 404 (1971). Disponível em: <<https://supreme.justia.com/cases/federal/us/401/424/>>. Acesso em 17/12/2019.

ESTADOS UNIDOS. Suprema Corte dos Estados Unidos. *Regents of the University of California v. Bakke*, 438 U. S.265, (1978). Disponível em: <<https://www.oyez.org/cases/1979/76-811>>. Acesso em 06/01/2020.

FANON, Frantz. *Coleção Pensamento Preto: Epistemologias do Renascimento Africano*. Volume II. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018. pp. 38-50.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2010.

FAUSTINO, Deivison Mendes. *Frantz Fanon: um revolucionário, particularmente negro*. São Paulo: Ciclo Contínuo Editorial, 2018.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes: no limiar de uma nova era*. São Paulo: Editora Globo, 2008.

FERNANDES, Florestan. *Significado do protesto negro*. São Paulo: Expressão Popular; Perseu Abramo, 2017.

FILHO, Lair Ayres de Lima. *Preconceito racial contra o negro à luz da Lei nº 7.716/89 - crimes resultantes de preconceito de raça e cor*. 2014. p. 1-3 Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/29420/preconceito-racial-contra-o-negro-a-luz-da-lei-n-7-716-89-crimes-resultantes-de-preconceito-de-raca-e-cor/2#ixzz3G3VfCK89>>. Acesso: 31 de setembro de 2019.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: história da violência nas prisões*. 38 ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

GOMES, Joaquim B. Barbosa. *Ação afirmativa e princípio constitucional da igualdade*. Rio de Janeiro: Renovar, 2011.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio A.; HUNTLEY, Lynn. *Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

HAMILTON, Charles; TURE, Kwane. *Black power: the politics of liberation*. 2. ed., Nova York: Vintage Books, 1992.

HASENBALG, Carlos. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005.

INSTITUTO DATA POPULAR. Brasileiros acham que há racismo, mas somente 1,3% se consideram racistas. *Geledés*. Disponível em <<https://www.geledes.org.br/brasileiros-acham-que-ha-racismo-mas-somente-1-3-se-consideram-racistas/>>. Acesso em 03/12/2019.

LEITE, Dante Moreira. *O Caráter Nacional Brasileiro*. São Paulo: Editora Pioneira, 1969.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Raça e história*. Lisboa: Presença, 1995.

LISBOA, Sílvia; GARATTONI, Bruno. O mundo secreto do inconsciente. *Exame*. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/ciencia/o-mundo-secreto-do-inconsciente/>>. Acesso em 12/12/2019.

MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. São Paulo: N-1, 2018.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: N-1, 2018.

MOREIRA, Adilson José. *O que é discriminação?* Belo Horizonte: Letramento: Casa do Direito: Justificando, 2017.

MOREIRA, Adilson José. *Pensando como um negro*. Ensaio de Hermenêutica Jurídica. São Paulo: Editora Contracorrente, 2019.

MOREIRA, Adilson José. *Racismo Recreativo*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

MOURA, Clóvis. *Dialética radical do Brasil negro*. São Paulo: Fundação Maurício Grabois. Anita Garibaldi, 2014.

NASCIMENTO, Abdias do. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. São Paulo: Perspectivas, 2016.

NASCIMENTO, Abdias do. *O quilombismo*. Petrópolis: Editora Vozes, 1980.

NEVES, Paulo. Ação Política entre o reconhecimento e a redistribuição: Os dilemas da luta anti-racista no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* - v. 20, n. 59, pp. 81-96, 2004. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v20n59/a06v2059.pdf>>. Acesso em 08/12/2019.

ONU. *Grupo de Trabalho das Nações Unidas sobre Afrodescendentes*. Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 2013. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/grupo-de-trabalho-da-onu-sobre-afrodescendentes-divulga-comunicado-final/>>. Acesso em: 27 dez. 2019.

RODRÍGUEZ, Garavito; BAQUERO, Díaz. *Reconocimiento com redistribución: El derecho y la justicia étnico-racial em América Latina*. Bogotá: Centro de Estudios de Derecho, Justicia y Sociedad, 2015.

SANTOS, Cristiano Jorge. *Crimes de preconceito e de discriminação*. São Paulo: Saraiva, 2010.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças*. São Paulo: Companhia da Letras, 2014.

SILVA, José Afonso da. *Direito Constitucional Positivo*. 33. Ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

SILVA, Katia Elenise O. *O papel do Direito Penal no enfrentamento da discriminação*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.

SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

STAFFORD, Tom. *Prejudice is not always overt. It's called 'microaggression'*. BBC. Disponível em: <<https://www.bbc.com/future/article/20160608-the-true-impact-of-tiny-microaggressions>>. Acesso em 07/12/2019.

STEPAN, Nancy Leys. *A hora de eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e escravidão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ZUBERI, Tukufu. Teoria crítica da raça e da sociedade nos Estados Unidos. *Cadernos do CEAS*, n. 238, p. 464–487, 2016. Disponível em: <<https://cadernosdoceas.ucsal.br/index.php/cadernosdoceas/article/view/281>>. Acesso em 07/01/2020.